

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FERNANDA MAZZARO MUCILLO

**A AUDITORIA DE EVENTOS SUBSEQUENTES: UMA ANÁLISE DA SUA
IMPORTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS AUDITORES INDEPENDENTES QUE
ATUAM NAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS**

ORIENTADOR: CLAUDIO MARQUES

MARINGÁ
2018

FERNANDA MAZZARO MUCILLO

**A AUDITORIA DE EVENTOS SUBSEQUENTES: UMA ANÁLISE DA SUA
IMPORTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS AUDITORES INDEPENDENTES QUE
ATUAM NAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Contábeis, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá. Linha de Pesquisa: Usuários Externos.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Marques

MARINGÁ
2018



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)**

M942a Mucillo, Fernanda Mazzaro
A auditoria de eventos subsequentes: uma análise da sua importância sob a ótica dos auditores independentes que atuam nas companhias abertas brasileiras / Fernanda Mazzaro Mucillo. -- Maringá, 2019.
99 f. : il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Marques.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2019.

1. Auditoria. 2. Eventos subsequentes. 3. Auditores independentes. 4. Demonstrações contábeis - Informação. 5. Procedimentos de auditoria. I. Marques, Claudio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título.

CDD 21.ed.657.45

	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – PCO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM	
	Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Ciências Contábeis Av. Colombo, 5.790 – Bloco C-23 – Sala 003 Zona 07 – CEP: 87020-900 – Maringá – Pr. Telefone: (44) 3011-6025 e-mail: sec-pco@uem.br	

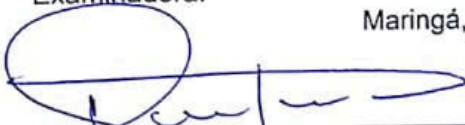
ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, realizou-se nas dependências da Universidade Estadual de Maringá, a defesa pública da Dissertação de Mestrado, sob o título: **“A Auditoria de Eventos Subsequentes: uma Análise de sua Importância sob a Ótica dos Auditores Independentes que Atuam nas Companhias Abertas Brasileiras”**, de autoria de **Fernanda Mazzaro Mucillo**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Mestrado – Área de Concentração: Controladoria, linha de pesquisa: Contabilidade para Usuários Externos.


Nome do membro da banca	Função	IES
Prof. Dr. Claudio Marques	Presidente	PCO/UEM
Prof. Dr. Reinaldo Rodrigues Camacho	Membro examinador	DCC/UEM
Prof. Dr. Daniel Ramos Nogueira	Membro examinador	Externo/UEL

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a candidata foi **APROVADA** pela Banca Examinadora, devendo, em um prazo máximo de **30 dias**, encaminhar à coordenação do programa, dois CDs contendo cada um arquivo em formato digital da dissertação completa, para serem distribuídos da seguinte forma: um na Secretaria do PCO e outro na Biblioteca Central da UEM. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Coordenador do Programa e pelos membros da Banca Examinadora.

Maringá, 25 de setembro de 2018.



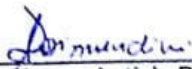
 Prof. Dr. Claudio Marques
 (Presidente)



 Prof. Dr. Reinaldo Rodrigues Camacho
 (Membro examinador interno)



 Prof. Dr. Daniel Ramos Nogueira
 (Membro examinador externo – UEL)



 Prof.ª Dr.ª Simone Letícia Raimundini Sanches
 Coordenadora do PCO

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais Mário e Antônia, por todo apoio e por sempre me apoiarem nas minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de ter chego ao final do Mestrado apesar de todos os desafios durante esse período e por Ele ter colocado no meu caminho pessoas maravilhosas durante minha permanência neste Programa.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Claudio Marques, por sempre me ajudar e me motivar mesmo naqueles momentos em que eu acreditava que não ia conseguir. Muito obrigada principalmente pela paciência que teve comigo durante todo esse período!

Aos Professores Drs. Reinaldo Camacho e Daniel Ramos Nogueira, que tive o prazer de conhecer quando ainda estava na graduação e na especialização, e agora os tenho como membros da banca, muito obrigada por aceitarem o convite! É um agradecimento especial também a todos os Professores do Programa de Mestrado (PCO) que me ajudaram e as Secretárias Ana e Margarete.

A todos os meus amigos que tive a oportunidade de conhecer no Mestrado, àqueles que sempre estiveram comigo: Claudiomiro, Marcos, Mara, Viviane, Kelli, Laila, Salete, Lauriana, Joelma e Amanda e principalmente para meus companheiros de seminários que sempre me ajudaram durante as disciplinas: Edilaine, Luísa e Matheus.

Um agradecimento mais que especial a dois amigos que conheci nesta etapa: ao meu primeiro amigo que conheci ainda na fila para fazer a matrícula, Eric, eu só tenho a agradecer pela companhia e por sempre estar ao meu lado; e a Daniela, pela parceria no momento da escrita da dissertação e na coleta de dados.

Gostaria de agradecer aos meus amigos que me apoiaram desde o início do Mestrado: Daiane, Ester, Muriana, Marcelo Carvalho, Carlos, Laís, Satie, Rafael, Ana Flávia, Luís, Ana, Najara, Rodrigo, Viviane, Anderson, Lucimara, Aureliano, Frida, Tallyson, Josiane, Mari, Antônio Carlos, Bruna, Karina, Cristiane, Danielle, e em especial ao Pedro e a minha amiga Camila, com quem eu sempre pude compartilhar as dificuldades e os bons momentos que passei nessa fase.

Aos Professores da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), meus colegas de trabalho, sou grata pelo carinho com que me acolheram neste primeiro contato que tive com a docência.

E claro, não poderia faltar vocês três: Emillaine, Ana Paula e Ana Jéssica, eu agradeço de coração tudo que fizeram por mim nessa fase, obrigada por todo o apoio e atenção.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os Auditores Independentes Brasileiros que colaboraram com a pesquisa, e a todos os demais envolvidos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a efetivação desta pesquisa.

*“Have the courage to follow your heart and intuition.
They somehow already know what you truly want to
become.”*

Steve Jobs

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo investigar qual a importância que os auditores independentes brasileiros atribuem aos eventos subsequentes, visto as mudanças que foram inseridas no contexto mundial para melhorar a qualidade das informações e a importância que pesquisas anteriores concedem aos eventos subsequentes, pois esta informação quando divulgada tempestivamente e de maneira clara tem a característica de influenciar na tomada de decisão dos seus usuários. Para tal proposta, dividiu-se a variável latente de segunda ordem “importância” em três subgrupos que formam o constructo da pesquisa: importância da informação gerada; importância dos procedimentos de busca por evidências antes da emissão do relatório de auditoria e importância dos procedimentos de busca por evidências após a emissão do relatório de auditoria e da publicação das demonstrações contábeis. A estratégia de pesquisa adotada para a coleta de dados foi a aplicação de um questionário, enviado por e-mail com o auxílio da plataforma *SurveyMonkey* à população delimitada - os auditores independentes brasileiros responsáveis pelos Relatórios dos Auditores Independentes das companhias listadas na bolsa de valores brasileira, a B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). Caracterizada como uma pesquisa quantitativa, descritiva e de levantamento (*survey*), a amostra final contou com 74 participantes que representam 21,08% da população e as respostas foram analisadas com o auxílio do ambiente estatístico *R Development Core Team*. O método estatístico utilizado para tratar os dados foi o Modelo de Equações Estruturais (MEE) aplicando-se estimadores com correções, o método de Mínimos Quadrados Ponderados Robustos pela Média e Variância (WLSMV), visto que no modelo proposto os dados fogem à normalidade. Os resultados obtidos concluem que os auditores independentes brasileiros consideram importantes as informações geradas e os procedimentos de busca por eventos subsequentes exceto quando a informação gerada altera apenas uma conta do conjunto das demonstrações contábeis (baixa relevância). Outro achado da pesquisa foi de que, entre cumprir os prazos e emitir uma informação de qualidade, as evidências encontradas no estudo apontam que os auditores preferem obedecer aos prazos legais. A pesquisa também buscou analisar se existe influência das características profissionais com o nível de informação que atribuem aos eventos subsequentes, e identificou que o tempo de experiência, o nível de esforço empenhado nos procedimentos de auditoria e o fato de considerarem que existem dificuldades nos processos de busca influenciam positivamente na importância atribuída ao fator procedimentos efetuados.

Palavras-chave: Auditoria. Eventos subsequentes. Auditores Independentes. Demonstrações Contábeis - Informação. Procedimentos de Auditoria.

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate the importance that Brazilian independent auditors attribute to subsequent events, given the changes that have been introduced in the global context to improve the quality of information and the importance that prior research assigns to subsequent events, disclosed in a timely manner and clearly has the characteristic of influencing the decision-making of its users. For this proposal, the latent second-order variable "importance" was divided into three subgroups that form the research construct: importance of the information generated; importance of the procedures for seeking evidence before issuing the audit opinion and the importance of the procedures for seeking evidence after the issuance of the audit opinion and the publication of the financial statements. The research strategy used to collect data was the application of a questionnaire, sent by e-mail with the assistance of the *SurveyMonkey* platform. The delimited population was the Brazilian independent auditors responsible for the Independent Auditors' Reports of the companies listed on the Brazilian Stock Exchange, named B3. Characterized as a quantitative, descriptive and survey research, the final sample had 74 participants representing 21.08% of the population and the responses were analyzed with the support of the statistical environment *R Development Core Team*. The statistical method used to achieve this purpose was the Structural Equations Model (SEM), applying the Weighted Least Square Mean and Variance Adjusted (WLSMV) estimators with corrections, since in the proposed model the data escape normality. The results obtained conclude that the Brazilian independent auditors consider the information generated and the procedures for searching for subsequent events important, except when the information generated changes only one account of the financial statements (low relevance). Another finding of the research was that, between meeting the deadlines and issuing quality information, the evidence found in the study indicates that auditors prefer to comply with legal deadlines. The research also sought to analyze if there is influence of professional characteristics with the level of information they attribute to subsequent events, and identified that the experience time, the level of effort involved in the audit procedures and the fact that there are difficulties in the processes of search influence positively on the importance attributed to the factor performed procedures.

Keywords: Audit. Subsequent events. Independent Auditors. Importance of audit procedures. Financial Statements - Information. Audit Procedures.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Procedimentos substantivos de auditoria.	34
Quadro 2 – Busca de evidências de eventos subsequentes.	43
Quadro 3 – Referências para a elaboração do questionário.	52
Quadro 4 – Constructo da pesquisa.	55
Quadro 5 – Hipóteses de testes.	57
Quadro 6 – Hipóteses da Pesquisa e Hipóteses de testes.	58
Quadro 7 – Comentários dos auditores.	67
Quadro 8 – Resumo dos resultados encontrados.	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processo de Formulação da opinião de auditoria.....	32
Figura 2 – Ocorrência dos eventos subsequentes e emissão do relatório de auditoria.....	41
Figura 3 – Modelo de pesquisa, descoberta e avaliação dos eventos subsequentes.....	43
Figura 4 – Distribuição de frequências das respostas dos participantes da pesquisa ao instrumento proposto.	69
Figura 5 – Modelo de equações estruturais PLS proposto.	70
Figura 6 – Modelo de equações estruturais PLS ajustado.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total da amostra pelo <i>software</i> G Power 3.1.	49
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da amostra e retorno da aplicação do pré-teste.....	59
Tabela 2 – Retorno da aplicação do instrumento de pesquisa.....	61
Tabela 3 – Distribuição de frequências das características dos participantes da pesquisa.....	65
Tabela 4 – Dificuldade para obtenção de evidências dos eventos subsequentes.....	67
Tabela 5 – Distribuição de frequências e medidas descritivas das respostas dos participantes da pesquisa ao instrumento proposto.	68
Tabela 6 – Cargas fatoriais dos itens de cada variável latente do instrumento proposto.	71
Tabela 7 – Indicadores de validade convergente para o modelo ajustado.....	72
Tabela 8 – Validade discriminante do modelo ajustado.....	72
Tabela 9 – Validade preditiva, coeficiente de determinação e tamanho do efeito do modelo ajustado.....	73
Tabela 10 – Medidas de qualidade de ajuste do modelo proposto.	73
Tabela 11 – Resultados dos testes t aplicados.	74
Tabela 12 – Códigos para análise das características profissionais dos auditores	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Análise de Equações Estruturais
AC	Alfa de Cronbach
ASB	<i>Auditing Standards Board</i>
AVE	<i>Average Variance Extracted</i>
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
BACEN	Banco Central do Brasil
BDR's	<i>Brazilian Depositary Receipts</i>
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNAI	Cadastro Nacional de Auditores Independentes
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFI	Índice de Ajuste Comparativo
CMN	Comissão Monetária Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DF's	Demonstrações Financeiras
EPC	Educação Profissional Continuada
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
ISA	<i>International Standard on Auditing</i>
MEE	Modelo de Equações Estruturais
ML	Máxima Verossimilhança
NBC PA	Normas Brasileiras de Contabilidade - Práticas de Auditoria Independente
NBC PG	Normas Brasileiras de Contabilidade – Práticas Gerais
NBC TA	Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas de Auditoria Independente
NFI	Índice de Ajuste Normalizado

PCAOB	<i>Public Company Accounting Oversight Board</i>
QTG	Exame de Qualificação Técnica Geral
RMSEA	Raiz do Erro Quadrático Médio de Aproximação
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SEM	<i>Structural Equation Modeling</i>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
WLSMV	Mínimos Quadrados Ponderados Robustos pela Média e Variância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	23
1.2.1 Objetivo Geral	23
1.2.1 Objetivos Específicos	23
1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA	24
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	25
1.5 CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS DA PESQUISA.....	26
1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	27
1.7 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	28
2. REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1 OS TRABALHOS DE AUDITORIA E ASSEGURAÇÃO.....	29
2.1.1 A Profissão de Auditor Contábil no Brasil	29
2.1.2 Processo de Planejamento da Auditoria e a Busca por Evidências	32
2.1.3 O Julgamento do Auditor	35
2.2 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	38
2.2.1 Mapeamento bibliográfico sobre a divulgação dos Eventos Subsequentes ..	38
2.2.2 Auditoria dos Eventos Subsequentes	40
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
3.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA.....	46
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	47
3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA	49
3.4 CONSTRUCTO E VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	53
3.5 HIPÓTESES ESTATÍSTICAS.....	55
3.6 PRÉ-TESTE.....	58
3.7 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	60
3.7.1 Procedimentos para coleta de dados	60
3.7.2 Procedimentos para o tratamento dados	62
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	65
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	65
4.2 MODELO DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS.....	70
4.2.1 Modelo de Mensuração	71
4.2.2 Modelo Estrutural	73
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	76

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
5.1 CONCLUSÃO DA PESQUISA	79
5.2 LIMITAÇÃO APRESENTADA	81
5.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	81
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (PRÉ-TESTE)	89
APÊNDICE B – TABULAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DO PRÉ-TESTE.	93
APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS APLICADO VIA WEB.....	95

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

As *International Financial Reporting Standards* (IFRS) são descritas por Niyama (2010) como um conjunto de normas internacionais de contabilidade emitidas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com o objetivo de harmonizar os procedimentos contábeis e melhorar a qualidade da informação em todos aqueles países que optaram por adotá-las. Entende-se que um dos motivos para este processo de internacionalização das normas é devido a crescente globalização, que vem reduzindo as barreiras comerciais existentes e aproximando as transações entre países distantes.

Anterior a esta aproximação econômica e comercial entre os diferentes mercados, trazidos pela internacionalização da economia, cada país possuía as suas próprias normas para a geração e divulgação da informação contábil, que eram elaboradas conforme os costumes e as regras locais, e isso dificultava os processos de comparabilidade da informação contábil para a tomada de decisão.

Buscando convergência com as disposições das IFRS e na tentativa de uma informação contábil de maior qualidade, procurando manter e ampliar seu espaço no comércio internacional, o Brasil, a partir de 2008, passou a adotar estas normas internacionais com a publicação da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que foram obrigatórias a partir do ano de 2010, sendo concomitantemente emitidos os Pronunciamentos Contábeis (que fazem correlação as normas internacionais) pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão que surgiu através da união das principais entidades brasileiras com interesses na área contábil (Conselho Federal de Contabilidade, BOVESPA, IBRACON, FIPECAFI, entre outros).

Dentre os diversos fatos abordados pelas normas internacionais de contabilidade, destaca-se nesta pesquisa os Eventos Subsequentes, trazido pelo IAS 10 - *Events After the Reporting Period*, que no Brasil foi traduzido e divulgado conforme o CPC 24 (2009) – Evento Subsequente, definido pelo próprio documento como sendo aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas mesmas demonstrações.

Antes da emissão do CPC 24, no Brasil, os eventos subsequentes eram regulamentados pela Deliberação CVM nº 505/2006 e após a aderência as normas internacionais, a regulamentação dessa norma se deu pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM) em 2009 através da Deliberação 593/2009, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 2011 por meio

da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.973/2011 e em 2012 pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) conforme a Circular 430/2012.

São tímidas as diferenças que se percebe na transição após a adesão ao padrão internacional. Em sua essência, os eventos subsequentes continuaram com o mesmo objetivo, porém ressaltou-se a qualidade da informação e a necessidade da divulgação, tendo em vista a influência que estes fatos podem ter para a tomada de decisão.

A divulgação dessa informação após sua normatização no país foi destacada por Oliveira e Lemes (2011) como sendo uma das normas mais cumpridas no setor de mineração após a adoção inicial das IFRS. Contudo, entende-se que o objetivo das normas internacionais de contabilidade é gerar uma informação mais neutra de julgamentos e com mais qualidade para ser utilizada na tomada de decisão (Barth, Landsman & Lang, 2008), ou seja, o volume de informações não significa necessariamente que as mesmas estejam sendo apresentadas com a qualidade esperada.

Neste contexto, Martins (2014) alerta já ser de senso comum que a aderência às normas internacionais traz um aumento significativo da quantidade de informações divulgadas, principalmente nas notas explicativas onde encontram-se as informações acerca dos eventos subsequentes, o que não representa necessariamente um aumento na qualidade da informação.

Palepu, Healy e Bernard (2004) ressaltam a importância dos relatórios contábeis como potenciais meios de comunicação para a administração das organizações demonstrarem o desempenho e a governança que possuem aos seus investidores e demais usuários interessados.

Na tentativa de reduzir uma possível assimetria de informação entre a real situação das organizações e suas demonstrações financeiras, tem-se a auditoria independente, onde os profissionais que possuem competência para este trabalho efetuam os devidos testes de auditoria, buscando aproximar o máximo possível as informações contábeis divulgadas com a realidade da empresa.

Watts e Zimmerman (1983) discorrem sobre os serviços de auditoria independente e abordam questionamentos sobre a assimetria de informação, pois entendem que a auditoria exerce um papel de monitoramento de contrato entre partes, buscando reduzir os custos de comportamentos oportunistas, sendo o papel do auditor expressar sua opinião no relatório, a fim de minimizar o conflito existente entre as partes relacionadas.

Stuart (2014) com base nas normas emitidas pelo *Auditing Standards Board* (ASB), entende que o propósito de um trabalho de auditoria é aumentar a credibilidade que as entidades externas (bancos, fornecedores, investidores, etc) colocam nas demonstrações financeiras de

determinada empresa. Sem esta avaliação, as entidades externas seriam obrigadas a confiar apenas nas informações fornecidas pela própria administração da empresa.

Logo, os trabalhos de análises exercidos pelos auditores objetivam aumentar o nível de confiabilidade das informações presentes nas demonstrações financeiras emitidas pelas organizações, que, conforme já exposto anteriormente, estas demonstrações são orientadas pelas normas internacionais de contabilidade. Assim, espera-se que o auditor tenha conhecimento tanto dos procedimentos de auditoria que deve aplicar, como também das normas contábeis em vigência que orientam aquele determinado fato.

Para que os eventos subsequentes divulgados sejam validados, os mesmos precisam ser objetos de análise dos procedimentos de auditoria externa, proporcionando uma maior qualidade para a informação e segurança para os usuários que os utilizam. Porém, conforme se posicionam Chung, Cullinan, Frank, Long, Phillips e O'Reilly (2012), a auditoria de eventos subsequentes é inerentemente complexa e apresenta lacunas no campo das pesquisas acadêmicas.

Esses autores destacam ainda que aproximadamente um terço dos trabalhos de auditoria da *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) e diversos lançamentos de execução da *Securities and Exchange Commission* (SEC) identificam deficiências na auditoria de eventos subsequentes, sendo esta área pertinente a novas pesquisas que possam identificar o motivo destas falhas nos trabalhos de auditoria externa.

Alguns fatores como, por exemplo, a baixa disponibilidade de evidências para os trabalhos de validação das informações acerca dos eventos subsequentes, acaba por influenciar na baixa qualidade dos julgamentos de auditoria podendo comprometer o trabalho do auditor (Janvrin & Jeffrey, 2007).

Diante do exposto, o presente estudo tem como proposta central verificar e responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de importância atribuído pelos auditores independentes brasileiros às informações geradas e aos procedimentos de auditoria dos eventos subsequentes, e suas características profissionais influenciam nessa percepção de importância?**

Para chegar a essas respostas, foram escolhidos os fatores características profissionais e importância designada a informação gerada pelos eventos subsequentes e aos processos de busca por evidência destes eventos, pois com eles é possível verificar se os auditores consideram os eventos subsequentes importantes e ao mesmo tempo se as suas características profissionais influenciam nesta percepção da importância.

Os eventos subsequentes são informações esporádicas, pois podem não ocorrer em determinado período, sendo que nestas situações não existe a sua divulgação. Esse fato vem ganhando destaque no processo de tomada de decisão, pois se o evento foi relevante para ser divulgado, o mesmo pode emitir alguma mensagem considerada importante aos usuários interessados.

Portanto, os eventos subsequentes, chamados assim porque são identificados após a data de encerramento do exercício, mas devem ser reconhecidos e levados em consideração na elaboração das demonstrações financeiras, e são de fundamental importância para os interessados, pois podem alterar a posição financeira da entidade e/ou fornecer informações aos usuários absolutamente necessárias para suas decisões (Bec, 2009; Botez, 2014).

Michels (2017) discorre sobre a importância do reconhecimento obrigatório dos eventos subsequentes, pois proporciona uma maior confiabilidade através de uma maior precisão. Em particular, este reconhecimento impõe às empresas estimar a relevância de um item com uma estimativa pontual, ou seja, sendo impreterível divulgar determinado fato, e quando necessário, ajustar seus valores nas demonstrações contábeis.

As pesquisas científicas na área contábil que abordam os eventos subsequentes ainda são escassas (Janvrin & Jeffrey, 2007; Chung et al., 2012; Herda & Lavelle, 2014; Nawaiseh & Jaber, 2015; Ozdemir & Gokcen, 2016; Cauchi, 2016; Michels; 2017), e as poucas encontradas são recentes. Apesar de ser um campo promissor, com várias lacunas a serem exploradas, existem poucos estudos que abordam os efeitos dos eventos subsequentes sobre as demonstrações financeiras, os impactos de sua divulgação no mercado e a relação entre os auditores e os processos de revisão utilizados para validar esta informação.

Há pesquisas anteriores que abordam a divulgação dos eventos subsequentes: Bec (2009) e Giacosa (2012) examinam se os eventos subsequentes estão sendo divulgados nas demonstrações financeiras conforme exigidas pelos Padrões Internacionais de Contabilidade (IAS 10) e encontram resultados distintos: a primeira relata discrepância entre teoria e prática nas informações que as empresas holandesas emitem ao mercado; e a segunda identifica que apesar do conteúdo informativo mínimo exigido pela norma ser bastante analítico e completo nas empresas italianas, as divulgações poderiam ser mais precisas para as partes interessadas.

No Brasil, esse evento foi pesquisado por Kos, Barros e Colauto (2017) que observaram o impacto da divulgação de Eventos Subsequentes no retorno anormal das ações em empresas da IBOVESPA, onde após analisar 28 tipos de eventos subsequentes diferentes, constatou-se que 16 destes apresentaram um retorno anormal significativo.

Há também estudos realizados especificamente na área da auditoria dos eventos subsequentes, considerado uma área ainda pouco explorada e com campo para se pesquisar (Janvrin & Jeffrey, 2007; Chung et al., 2012).

O primeiro trabalho específico sobre esse tema foi de Janvrin e Jeffrey (2007), no qual os autores examinaram a percepção dos auditores sobre os eventos subsequentes, mais especificamente como eles procuram e descobrem evidências e fatores que influenciam o processo de auditoria visto que a ausência de evidências destes eventos pode vir a reduzir a qualidade dos julgamentos dos relatórios financeiros. Eles constataram que os auditores geralmente seguem os procedimentos recomendados pelas normas de auditoria, no entanto, os procedimentos recomendados revelam uma baixa frequência quanto a sua eficiência, o que pode comprometer a legitimidade do trabalho.

Com isso, identificou-se esta lacuna dentro das pesquisas de eventos subsequentes dando início às futuras discussões. Chung et al. (2012), em contribuição com esse tema questionam sobre a falta de pesquisas na área de auditoria que envolvem os eventos subsequentes visto a dificuldade que existe por parte dos profissionais em auditar essa informação, e apresentou possíveis problemas de pesquisa, onde alguns destes foram colocados em prática por Herda e Lavelle (2014), que aplicaram um questionário aberto para auditores atuantes na área e fizeram recomendações sobre os procedimentos de auditoria em eventos subsequentes na intenção de auxiliar os trabalhos dos auditores. Alguns dos pontos abordados foram a necessidade de um conhecimento prévio das atividades praticadas pelo cliente; os bons resultados ao efetuar um inquérito em funcionários que não fazem parte da gestão da empresa; entre outros.

Outros pesquisadores, como Nawaiseh e Jaber (2015) e Ozdemir e Gokcen (2016) buscam, através da aplicação de questionários, identificar a percepção de auditores sobre os processos de auditoria dos eventos subsequentes. Os primeiros chegam a conclusão de que os auditores da Jordânia não são afetados em seus trabalhos pelas características profissionais e que cumprem os requisitos do padrão de auditoria internacional (ISA 560) para os eventos subsequentes que ocorrem antes da emissão do Relatório do Auditor Independente, mas não encontraram evidências que estes mesmos requisitos são cumpridos de forma eficiente quando a equipe de auditores tem conhecimento do evento após a emissão do relatório.

Já os últimos consideraram que os eventos subsequentes na percepção dos auditores são fatos importantes, pois induzem a tomada de decisão dos investidores, influenciam na opinião da auditoria e tem a capacidade de afetar toda a demonstração financeira da empresa. Por estes motivos, grande parte dos auditores questionados em Istambul acredita que a obtenção de

evidências relacionadas aos eventos subsequentes é mais importante do que a pontualidade dos relatórios financeiros para que a informação tenha qualidade, devido a importância que atribuem a estes fatos.

Observando as pesquisas anteriores, percebe-se que há necessidade de mais estudos sobre os eventos subsequentes, visto que as pesquisas nesta área ainda são escassas e as existentes ressaltam a necessidade de aumentar a quantidade e a qualidade de informações sobre estes eventos na tentativa de contribuir no aperfeiçoamento dos procedimentos dos profissionais em auditoria. No Brasil, não foram identificadas pesquisas científicas que analisem a importância dos processos de auditoria dos eventos subsequentes sob as reais condições do país.

Por todo o exposto, é compreensível a necessidade de pesquisas que objetivam entender como os profissionais de auditoria percebem atualmente os eventos subsequentes.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Com o propósito de compreender a relevância remetida ao fato contábil já caracterizado anteriormente, denominado de evento subsequente, **o objetivo geral deste estudo é de identificar o nível de importância atribuído pelos auditores independentes atuantes no mercado brasileiro aos eventos subsequentes (informações e procedimentos) e sua possível influência com as características profissionais.**

1.2.1 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, foram estabelecidos alguns objetivos específicos, que são:

- (1) Verificar o nível de importância que os auditores atribuem às informações geradas pelos eventos subsequentes;
- (2) Verificar o nível de importância que os auditores atribuem aos procedimentos de busca por evidências de auditorias dos eventos subsequentes; e
- (3) Identificar se existe influência entre as características profissionais e o nível de importância atribuído às informações geradas e aos procedimentos de busca de evidências dos eventos subsequentes.

1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA

Identificar a percepção dos auditores com relação a importância atribuída aos eventos subsequentes é algo que está surgindo na literatura, pois com a harmonização das normas de contabilidade e uma maior procura das demonstrações contábeis para a tomada de decisão, a qualidade da informação passou a ficar em evidência (Martins, 2014), e com isso surge a necessidade de as pesquisas virem ao auxílio da prática buscando compreender o processo de evidenciação desta informação e de análise até chegar aos usuários finais.

Dessa forma, buscando uma melhor compreensão da percepção de importância dos auditores para com os serviços de auditoria em específico de eventos subsequentes, são propostas as seguintes hipóteses:

***H₁:** Os auditores independentes consideram importantes as informações geradas pelos eventos subsequentes e transmitidas ao mercado para a tomada de decisão;*

***H₂:** Os auditores independentes consideram importantes os procedimentos efetuados na busca pelos eventos subsequentes (orientados pela NBC TA 560/2016 – “Auditoria de Eventos Subsequentes” em seus trabalhos de auditoria);*

As hipóteses da pesquisa **H₁** e **H₂** têm por fundamento estudos anteriores (Janvrin & Jeffrey, 2007; Nawaiseh & Jaber, 2015; Ozdemir & Gokcen, 2016 e Cauchi, 2016) onde são encontrados que os profissionais de auditoria consideram significantes as informações geradas pelos eventos subsequentes e os procedimentos orientados pelas normas de auditoria vigentes em seus países.

Contudo, Nawaiseh e Jaber (2015) efetuaram uma análise mais detalhada dividindo os procedimentos de auditoria aplicados antes e depois da emissão do relatório de auditoria, e encontram níveis diferentes de importância em ambos casos: na primeira situação encontraram evidências significativas de importância, diferentemente nos procedimentos aplicados após a emissão do relatório de auditoria, onde os testes demonstraram que os auditores acabam por não atribuir a mesma importância como na situação anterior.

Este último resultado diverge dos achados da pesquisa de Cauchi (2016) que encontrou um alto nível de cumprimento das normas vigentes no país, antes e depois da emissão do relatório, sendo efetuados testes além daqueles orientados para melhorar a qualidade dos procedimentos de auditoria.

A pesquisa ainda apresenta outras duas hipóteses:

H₃: *As características profissionais dos auditores independentes não influenciam significativamente na importância que atribuem as informações geradas dos eventos subsequentes e transmitidas ao mercado; e*

H₄: *As características profissionais dos auditores independentes não influenciam significativamente na importância que atribuem aos procedimentos efetuados na busca pelos eventos subsequentes (orientados pela NBC TA 560/2016 – “Auditoria de Eventos Subsequentes”).*

Nawaiseh e Jaber (2015) não conseguiram identificar uma relação positiva entre as características profissionais dos auditores e a importância que os mesmos atribuíam aos eventos subsequentes, conforme as hipóteses de pesquisa **H₃** e **H₄**.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Mudanças constantes estão sendo inseridas para melhorar a qualidade das informações divulgadas nas demonstrações financeiras, proporcionando aos usuários uma visão mais verdadeira e justa do desempenho das empresas ao longo do exercício para a tomada de decisão (Cauchi, 2016).

Estudos anteriores elaborados por Janvrin e Jeffrey (2007), Bec (2009), Ozdemir e Gokcen (2016), e Michels (2017) afirmam que as informações geradas pelos eventos subsequentes são importantes pois tem a característica de influenciar na tomada de decisão dos seus usuários, sendo que alguns destes eventos podem até gerar ajustes nas demonstrações financeiras mesmo tendo sido ocorrido após a data de fechamento do balanço.

A auditoria de eventos subsequentes é considerada um procedimento meticuloso por Chung et al. (2012) devido ao nível de subjetividade que envolve os julgamentos efetuados nessa fase, porém, na prática, pesquisas anteriores encontraram que a maioria dos auditores entrevistados dedicam no máximo quatro horas para aplicação dos testes na busca de evidências (Janvrin & Jeffrey, 2007; Ozdemir & Gokcen, 2016), o que seria um tempo reduzido para as análises conforme entendem Janvrin e Jeffrey (2007), e com isso aumenta-se o risco de evidências perdidas influenciando na qualidade da informação emitida ao mercado.

Logo, tendo em vista a importância de uma informação de qualidade, as dificuldades nos processos de auditoria e em contrapartida ao pouco tempo que os profissionais de outros

países utilizam na busca por evidências, a presente pesquisa se justifica pois busca entender se os auditores independentes brasileiros julgam importantes as informações geradas pelos eventos subsequentes e os procedimentos orientados pelas normas de auditoria, embasando-se nas pesquisas anteriores já aplicadas sobre esse mesmo assunto.

Outra justificativa se refere as constantes falhas identificadas nos relatórios de auditoria de eventos subsequentes também levantadas por Chung et al. (2012), situação que gera uma possível dúvida sobre a importância que os profissionais atribuem aos procedimentos de auditoria, se esses procedimentos estão realmente sendo eficientes, e com isso ressalta-se novamente a realização por estudos na tentativa de entender melhor a relação que os auditores têm no desenvolvimento prático destes trabalhos.

As descobertas são importantes pois demonstram a relevância que os auditores tratam os trabalhos de eventos subsequentes, e a partir disso é possível comparar se a importância que os estudos estão atribuindo às informações emitidas pelos eventos subsequentes como influenciadora de decisões realmente é considerada significativa na prática por este determinado grupo de profissionais.

1.5 CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS DA PESQUISA

A principal contribuição profissional da pesquisa foi verificar se os auditores realmente consideram importantes os eventos subsequentes, ou se todos os procedimentos efetuados na auditoria são apenas formalidades cumpridas pró-forma, devido a legislação.

Os resultados desse estudo contribuíram para demonstrar que os profissionais de auditoria consideram importante as informações geradas desde que estas mesmas não prejudiquem os prazos legais e demais situações encontradas nas legislações vigentes; e quanto aos procedimentos, o nível de importância é maior quando são efetuados antes da publicação do conjunto das demonstrações contábeis. Com isso, tem-se um melhor entendimento de qual a atual percepção dos profissionais de auditoria sobre a importância dos trabalhos efetuados com os eventos subsequentes de acordo com as condições e a realidade do Brasil.

Ao verificar os pontos destacados pelos auditores nos processos de auditoria dos Eventos Subsequentes, foi possível visualizar sua relação com o serviço prestado, possibilitando identificar as dificuldades encontradas por esse grupo de profissionais, o que futuramente poderá impactar em mudanças que contribuam para a qualidade da auditoria desses eventos.

Observou-se também que, quanto mais tempo de atuação profissional o auditor possui, maior é o nível de importância que ele atribuiu aos procedimentos efetuados na busca dos eventos subsequentes. Isso demonstra uma maior percepção adquirida com o tempo de experiência sobre a importância de determinados fatos contábeis, que a princípio podem parecer não relevantes, porém, seus efeitos influenciam na tomada de decisão, sendo necessário procedimentos mais detalhados para que a informação seja divulgada com qualidade.

A importância acadêmica desta pesquisa está na contribuição que o estudo proporcionou, visto a escassez de pesquisas que abrangem os eventos subsequentes. Moser (2012) observa que nas principais revistas de contabilidade uma quantidade considerável de pesquisas publicadas se refere a um grupo limitado de assuntos e ressalta a necessidade de estudar novos temas para o avanço da ciência, pois o autor entende que a pesquisa contábil está estagnada e este é um problema que merece a atenção dos pesquisadores.

A originalidade deste estudo está na ausência de pesquisas que procuram entender essa relação de importância da auditoria de eventos subsequentes no país, por isso a aplicação de um questionário baseado em estudos anteriores e na própria legislação que orienta os procedimentos de auditoria, contribuindo para a continuidade das pesquisas e uma comprovação mais robusta dos achados.

Conforme explicam Rousseau, Manning e Denyer (2008), existe uma necessidade de replicar trabalhos no sentido de poder constatar com mais precisão os dados já obtidos por outros autores, destacando a importância de acumular resultados convergentes para assim poder comprovar com mais propriedades os achados da ciência, e Moser (2012) complementa que também é necessário que as pesquisas busquem algo novo para que assim a ciência possa avançar e as pesquisas não se estagnem.

1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Conforme a problemática contextualizada anteriormente, a pesquisa busca detectar na perspectiva dos auditores independentes brasileiros o nível de importância dos eventos subsequentes e verificar se suas características profissionais têm influência nesta percepção.

Dois aspectos são abordados e precisam de esclarecimentos, sendo estes: a delimitação pelos termos utilizados sobre importância e as características profissionais dos auditores.

Quando se fala sobre a percepção da importância que os auditores designam aos eventos subsequentes, entende-se por ser importante, conforme definição do Dicionário do Aurélio (2018) aquilo que é relevante, que deve ser levado em consideração por possuir influência; ou

seja, ser relevante no impacto que estes eventos têm sobre as demonstrações contábeis e possuir influência sobre a opinião dos auditores e nas decisões dos seus usuários.

As características profissionais foram baseadas na literatura anterior, mais especificamente no trabalho de Ozdemir e Gokcen (2016), como sua formação, a experiência adquirida, o nível de conhecimento das normas internacionais de contabilidade e de auditoria e se os profissionais já tiveram algum contato na prática com os eventos subsequentes, e a partir disso verificou-se a existência de uma relação destas características com a importância que o auditor atribui a informação gerada pelos eventos subsequentes e aos processos de auditoria.

Os processos de auditoria selecionados para compor o questionário são baseados conforme as orientações na NBC TA 560/2016 (R1) – Eventos Subsequentes, onde buscou-se entender se os auditores consideram estes procedimentos importantes, ou se os realizam apenas por cumprimento da legislação. Cabe ressaltar que o objetivo da pesquisa não foi identificar qual o nível de cumprimento da norma, mas sim a importância atribuída a ela.

A pesquisa delimita-se aos profissionais de auditoria responsáveis pelos relatórios emitidos nos anos 2013 a 2017 das empresas listadas na bolsa de valores brasileira, a B3, no ano de 2017. Esta delimitação foi necessária diante da dificuldade de contatar todos os auditores que possuem o Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e também visto que existem profissionais que possuem o cadastro, mas não exercem ativamente a profissão, o que poderia ocasionar um viés nos resultados da pesquisa.

1.7 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: após esta introdução, encontra-se o Capítulo 2 composto pelo Referencial Teórico, que aborda os seguintes tópicos: 2.1 Os trabalhos de auditoria e asseguarção; 2.2 Eventos Subsequentes; e 2.3 Considerações finais sobre o Referencial Teórico. Os Capítulos 3 e 4 informam respectivamente sobre a metodologia da pesquisa e a análises dos resultados; e após estes, o Capítulo 5 sintetiza os resultados teóricos e práticos por meios das considerações finais, respondendo à questão de pesquisa e propondo sugestões para futuras pesquisas. Por fim, encontram-se as Referências que embasaram este trabalho e os apêndices, com o questionário aplicado no pré-teste e na coleta de dados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo é apresentada a fundamentação teórico-normativa utilizada para o desenvolvimento da pesquisa científica, iniciando-se pela profissão de auditor independente no Brasil, os procedimentos de busca, descoberta, avaliação e os critérios de julgamento das evidências. Ao final, aborda-se a divulgação e o processo de auditoria dos eventos subsequentes.

2.1 OS TRABALHOS DE AUDITORIA E ASSEGURAÇÃO

2.1.1 A Profissão de Auditor Contábil no Brasil

A auditoria é caracterizada por Attie (2011) como uma especialização contábil que tem por objetivo testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial das empresas e expressar uma opinião sobre a situação encontrada.

A profissão de auditor contábil no Brasil passou a ter importância a partir da década de 70, período quando as companhias abertas começaram a ter a obrigatoriedade da auditoria independente em suas demonstrações financeiras (Niyama, 2010).

A carreira é um atrativo para os graduandos do curso de Ciências Contábeis da atual geração, pois apresenta alguns atributos considerados motivadores no mercado de trabalho, como os salários competitivos, fator motivacional que é apontado por Brick (2011) e Rendell e Brown (2011), mas essa boa remuneração é uma consequência da qualidade do serviço prestado pelo profissional, que por sua vez necessita ter capacidade e também independência para exercer o trabalho de auditoria, conforme explicam Hallak e Silva (2012).

Sendo assim, observa-se que a remuneração ofertada pelo mercado dependerá de diversas variáveis profissionais e do nível de conhecimento e capacidade do profissional. Porém, esta mesma atratividade na área de auditoria apresentada anteriormente é contestada por Amorim (2012), que identificou a carência destes profissionais no mercado brasileiro visto a baixa remuneração e valorização do auditor no mercado quando comparada as diversas exigências técnicas e profissionais solicitadas. A mesma autora também evidencia a falta de estímulo das universidades brasileiras a profissão de auditor como um fator que repele a escolha pela carreira.

A falta de profissionais também pode ser explicada observando o extenso caminho a percorrer para chegar a exercer a profissão de auditor no Brasil, onde é necessário ter um vasto

conhecimento teórico e também experiência prática, sendo estas as habilidades básicas para obter o Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

Assim, para desempenhar a atividade de auditoria no Brasil, são necessários vários procedimentos, regulamentados pela NBC PA 13/2015 (R2) – Exame de Qualificação Técnica, atualizada no ano de 2015 com efeitos a partir do ano subsequente, onde dentre as alterações, destaca-se a necessidade de uma prova específica para efetuar a auditoria das empresas listadas na CVM.

Para seguir a carreira de auditor independente, o candidato primeiramente necessita ser bacharel em Ciências Contábeis e com aprovação no exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Após isso, ele poderá se inscrever no Exame de Qualificação Técnica Geral (QTG), e se aprovado, o mesmo já pode solicitar o registro no CNAI após a divulgação do resultado do exame no Diário Oficial da União.

De acordo com os dados do CNAI (2018) até o último exame QTG realizado em 2017, no Brasil existem cerca de 3.543 (três mil, quinhentos e quarenta e três) auditores independentes ativos com essa certificação. Esse registro permite que o auditor exerça suas atividades em empresas no geral, e caso o profissional queira desenvolver as atividades em áreas específicas, ele deverá fazer as provas específicas de cada órgão, sendo as seguintes: (1) Prova específica para atuação em instituições reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); (2) Prova específica para atuação em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (3) Prova específica para atuação em sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O exame de qualificação técnica geral e os específicos podem ser realizados simultaneamente, caso o candidato atenda as exigências solicitadas (CFC & IBRACON, 2015).

Quando o auditor opta por trabalhar nas instituições reguladas pela CVM, além da aprovação do Exame Técnico Geral e do Exame Específico, é necessário atender os seguintes requisitos (conforme art. 3º da Instrução CVM nº 308/1999 e suas posteriores alterações):

I - Estar registrado em Conselho Regional de Contabilidade, na categoria de contador;

II - Haver exercido atividade de auditoria de demonstrações contábeis, dentro do território nacional, por período não inferior a cinco anos, consecutivos ou não, contados a partir da data do registro em Conselho Regional de Contabilidade, na categoria de contador;

III - Estar exercendo atividade de auditoria independente, mantendo escritório profissional legalizado, em nome próprio, com instalações compatíveis com o exercício da atividade, em condições que garantam a guarda,

a segurança e o sigilo dos documentos e informações decorrentes dessa atividade, bem como a privacidade no relacionamento com seus clientes;

IV - Possuir conhecimento permanentemente atualizado sobre o ramo de atividade, os negócios e as práticas contábeis e operacionais de seus clientes, bem como possuir estrutura operacional adequada ao seu número e porte; e

V – Ter sido aprovado em exame de qualificação técnica geral (QTF).

Após conseguir a aprovação nos exames escolhidos para exercer a carreira, o auditor ainda precisa comprovar anualmente a Educação Profissional Continuada (EPC), que conforme o CFC e IBRACON (2015), trata-se das atividades formais e reconhecidas pelo órgão regulador que objetiva manter, atualizar e expandir o conhecimento e as competências técnicas dos auditores, juntamente com a elevação do comportamento social, moral e ético, e demais características consideradas indispensáveis para a profissão.

A NBC PG 12/2017 (R3) – Educação Profissional Continuada dispõe que os profissionais deverão cumprir no mínimo 40 (quarenta) pontos do Programa de Educação Continuada por ano-calendário, sendo que o descumprimento desta exigência acarretará na baixa do respectivo CNAI.

Neste contexto, identifica-se um cenário onde a qualidade dos serviços de auditoria está relacionada ao conjunto da capacidade e da reputação do profissional juntamente com as exigências técnicas e aos padrões trazidos pelas normas internacionais (Rauterkus & Song 2005; Veiga, Borges, & Amorim, 2014). Logo, é possível observar que para conseguir ser auditor independente no Brasil, primeiramente o candidato deverá passar por todas estas etapas, onde as mesmas acabam por exigir a comprovação da capacidade técnica e moral perante os órgãos competentes, visto a credibilidade que a profissão exige perante terceiros.

Mesmo em uma sociedade como o Brasil, onde 78% dos contadores demonstram interesse pela profissão de auditor (Amorim, 2012), a quantidade destes profissionais não acompanha o crescimento da demanda do mercado, visto que 74% das firmas de auditoria afirmam haver carência em seu quadro funcional, e apontam que os principais fatores desta situação é a falta de profissionais capacitados e as exigências técnicas e profissionais solicitadas pelo mercado.

Após a ênfase normativa apresentada neste item, a seguir serão explorados os procedimentos técnicos exercidos pelos auditores, com objetivo de compreender melhor o funcionamento destes processos.

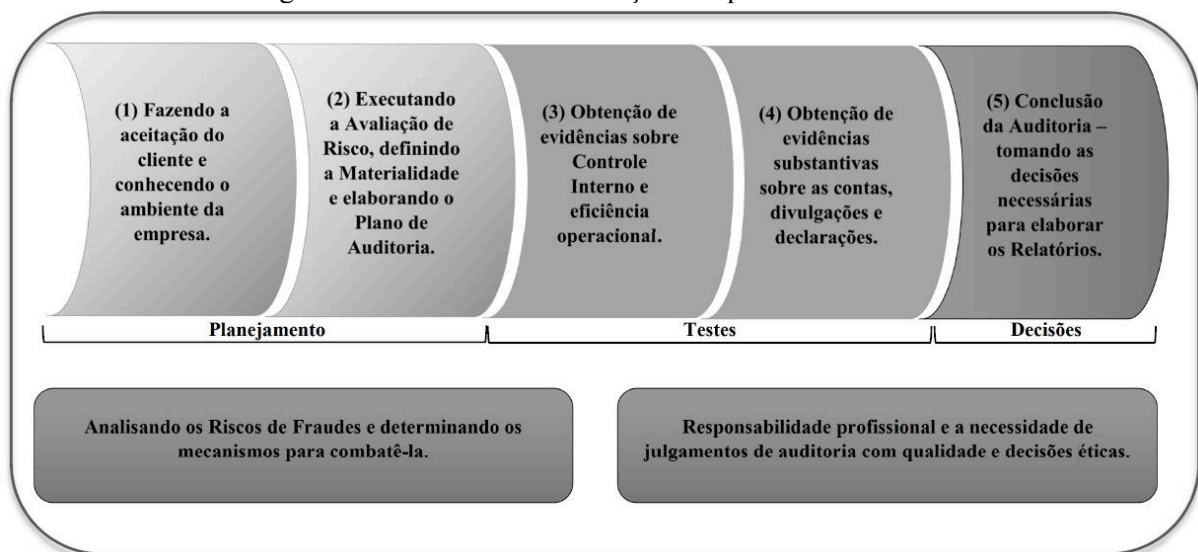
2.1.2 Processo de Planejamento da Auditoria e a Busca por Evidências

O processo de auditoria das demonstrações financeiras é definido por Johnstone, Gramling e Rittenberg (2013) como um processo sistemático em que são obtidas, avaliadas e reportadas para partes relacionadas formas objetivas de evidência entre as reivindicações de eventos econômicos e critérios pré-determinados, sendo o auditor responsável por validar a veracidade das informações emitidas pela administração.

Stuart (2014) divide este processo em três partes: (1) planejamento, onde verifica-se as condições para aceitar o trabalho, avalia-se os riscos de distorções relevantes, determina a materialidade e desenvolve o plano de auditoria a ser seguido; (2) testes, que são realizados para a busca, descoberta e análise das evidências; e (3) decisões, que após todo processo, o auditor efetuará o julgamento e emitirá sua decisão em forma de um relatório de auditoria.

Esta mesma divisão pode ser observada na figura abaixo, onde Johnstone et al. (2013) explicam o processo de formação da opinião de auditoria:

Figura 1 – Processo de Formulação da opinião de auditoria.



Fonte: Adaptado de Johnstone, Gramling e Rittenberg (2013).

Concomitantemente com os modelos teóricos, existem as normas internacionais de auditoria que orientam os profissionais a como agir com o máximo possível de coerência e neutralidade nos trabalhos de auditoria. Porém, estes procedimentos são marcados também por fatores comportamentais, que podem influenciar o profissional na pesquisa, avaliação e resolução das evidências, comprometendo sua imparcialidade (Chung et al., 2012).

Por isso é importante que o auditor seja o mais neutro, profissional e cético possível em seus serviços, pois assim as interferências emocionais são minimizadas, porém, dificilmente serão extintas (Bhattacharjee & Moreno, 2002; Boynton, Johnson, & Kell, 2002; Stuart, 2014; Koch, Köhler, & Yankova, 2016).

O início do processo de auditoria consiste no planejamento dos serviços que serão realizados. A NBC TA 300/2016 (R1) – “Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis” orienta este procedimento de modo que o auditor consiga elaborar uma estratégia global do trabalho a ser desenvolvido que o auxilie e facilite sua direção no decorrer do trabalho.

A importância de se efetuar um planejamento prévio é destacada por Griffith, Hammersley, Kadous e Young (2015) como um meio de melhorar a qualidade da auditoria, pois assim já se determina como será executado os procedimentos, aumentando a eficiência ao executar a tarefa.

Primeiramente, o auditor precisa examinar se possui as competências necessárias para realizar o trabalho e conhecer melhor o ambiente da empresa, porém, deve ter o cuidado para não depender excessivamente de experiências anteriores e do conhecimento prévio deste cliente (Myers, Myers, Palmrose & Scholz, 2003; Stuart, 2014).

Outros dois aspectos fundamentais na etapa do planejamento levantados por Johnstone et al. (2013) são a avaliação do risco de auditoria e a determinação da materialidade. O risco é um conceito usado para expressar incerteza sobre eventos e resultados que poderiam ter um efeito material em uma organização, cabendo ao auditor primeiramente identificar e avaliar os riscos de distorção relevante. Ao fazê-lo, o auditor efetua avaliações de materialidade para determinar quais contas exigem mais atenção na auditoria, sendo a materialidade um dos principais conceitos em auditoria, que se relaciona com o significado ou importância de um item.

Em seguida, o auditor deverá fazer o plano de auditoria, traçando as estratégias necessárias para elaborar o trabalho. O planejamento é um processo contínuo e interativo, e caso seja necessário, o auditor poderá alterar sua estratégia inicial, visando sempre o bom andamento da auditoria (NBC TA 300/2016 (R1)).

Após planejar e delimitar uma estratégia global, o auditor passa a efetuar os possíveis testes na busca por evidências, dando continuidade ao seu trabalho. Existem várias formas do auditor obter as evidências de auditorias, conforme os procedimentos a seguir:

Quadro 1 – Procedimentos substantivos de auditoria.

Procedimentos substantivos de auditoria	
Procedimentos analíticos	Avaliar as demonstrações financeiras do ano corrente analisando as relações entre dados financeiros e não financeiros, conseguindo detectar as condições econômicas gerais com relação ao ano anterior.
Inspeção	Examinar registros ou documentos internos ou externos a empresa ou examinar fisicamente um ativo, obtendo evidências de graus variáveis de confiabilidade, dependendo da natureza, da fonte ou da efetividade dos controles internos da empresa.
Observação	Verificar um processo ou procedimento executado por terceiros. Limita-se ao período de tempo em que o auditor está observando.
Indagação	Adquirir informações, sejam orais ou escritas, de pessoas tanto dentro quanto de fora da empresa. Procedimento utilizado com frequência que deve ser geralmente confirmado com outros procedimentos para verificar sua exatidão.
Confirmação externa	Adquirir informações de fontes externas (terceiros). Geralmente é considerada uma fonte confiável de evidências pois quem fornece é independente da empresa auditada.
Recálculo	Verificar a exatidão numérica de documentos e registros disponibilizados pela empresa refazendo os procedimentos para chegar novamente ao valor.
Reexecução	Realizar um procedimento ou controle efetuado pelo empregado ou administrador como parte dos controles internos da empresa.

Fonte: Adaptado de Longo (2011) e Stuart (2014).

Alguns destes procedimentos são orientados por normas específicas de auditoria, como é o caso da NBC TA 505/2009 – “Confirmações Externas” e da NBC TA 520/2009 – “Procedimentos Analíticos”. E de modo geral, a NBC TA 500/2016 (R1) – “Evidência de Auditoria” discorre também sucintamente sobre todos estes procedimentos substantivos.

Nem todas as evidências encontradas são relevantes para os auditores, explica Shelton (1999) por isso é importante que ele consiga efetuar um julgamento racional para não prejudicar a qualidade das demonstrações financeiras com excesso de informações irrelevantes.

As informações a serem utilizadas como evidências de auditoria precisam ser apropriadas e suficientes, e serão determinadas conforme duas características (Longo, 2011), sendo elas a relevância, que significa a relação entre o objeto do procedimento de auditoria com o que propicia em seu resultado, e a confiabilidade que a informação possui, pois, o auditor sempre deve estar preparado caso seja questionado de suas decisões.

Stuart (2014) enfatiza a importância das evidências nos trabalhos de auditoria, pois é a única maneira do auditor reduzir o risco de auditoria a um nível considerado baixo e conseguir uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.

A mesma autora entende que nos processos de testes para obtenção de evidências, o auditor se torna responsável pela detecção de fraudes ou de erros, que se configuram como distorções relevantes nas demonstrações e geralmente são causados pela administração ou demais funcionários da empresa. Os auditores desempenham um papel crítico na gestão do risco de fraude dentro das organizações, por isso é importante que ele seja cético e independente, pois assim ele conseguirá efetuar seu serviço sem que o contato que possui com a empresa influencie em seus julgamentos (DeZoort & Harrison, 2016).

Braun (2000) encontra um outro fator que pode prejudicar os profissionais na área de auditoria a encontrarem evidências de fraudes, a pressão do tempo que eles sofrem, sendo que nestas situações eles ficam mais propensos a reunir evidências visando a quantidade ao invés de atender aspectos qualitativos de distorções relevantes e potenciais fraudes nas demonstrações financeiras.

A seguir, será abordada a última etapa do processo de auditoria, que consiste na decisão que o auditor irá tomar para emitir o relatório de auditoria baseado em seus julgamentos, que serão analisados sob uma perspectiva comportamental.

2.1.3 O Julgamento do Auditor

Depois de todo o processo descrito anteriormente, de planejamento, busca, descoberta e análise das evidências, Stuart (2014) explica que o auditor chega a parte final da auditoria, onde com base nos julgamentos efetuados na análise das evidências encontradas, emite o relatório de auditoria conforme sua decisão, composto de opiniões limpas e não modificadas, visto a independência que ele tem ao ser contratado para emitir uma opinião.

Ainda a mesma autora entende que ao finalizar um serviço de auditoria, espera-se que o auditor tenha emitido uma opinião que valide as demonstrações financeiras elaboradas pela administração da empresa sem distorções relevantes, e este processo depende do julgamento empregado no momento de executar o trabalho.

Ao formar uma opinião, o auditor conclui as análises individuais e conjuntas dos itens examinados, conforme seus critérios de julgamentos que devem ser o mais objetivo possível (Attie, 2011).

Shelton (1999) discorre sobre a importância de um julgamento efetuado corretamente nos trabalhos de auditoria realizados por profissionais experientes, pois ao se considerar evidências irrelevantes, o impacto que as informações relevantes deveriam apresentar é prejudicado, visto a quantidade de elementos disponibilizados. Esse fenômeno é conhecido

como efeito de diluição, identificado primeiramente por Nisbett, Zukier e Lemly (1981) e pode prejudicar a tomada de decisão dos usuários externos.

O julgamento efetuado nos fatos contábeis pode a qualquer momento sofrer alterações do ponto de vista da psicologia comportamental. Bhattacharjee e Moreno (2002) examinaram a influência de informações afetivas nos julgamentos de profissionais de auditoria e chegaram a conclusão de que as informações afetivas influenciam os auditores menos experientes, não sendo encontradas tais diferenças para os auditores mais experientes. Lerner e Tiedens (2006) estudaram as decisões e os julgamentos onde o tomador está irritado e verificaram a complexidade desta emoção, sendo menos provável que analisem a informação para tomar a decisão visto o senso de certeza associado à raiva e o otimismo que eles têm sobre o futuro.

Alguns fatores que influenciam o julgamento são pesquisados por Libby e Luft (1993) sendo eles a capacidade que o auditor possui, o conhecimento que adquiriu durante o tempo, a motivação para efetuar o trabalho e o ambiente em que está inserido.

A capacidade juntamente com a competência é um dos requisitos que o auditor precisa ter para aceitar realizar um trabalho de auditoria, pois se o mesmo se julgar não capacitado por qualquer motivo, o serviço deverá ser recusado (Stuart, 2014). Libby e Luft (1993) definem a capacidade como a habilidade de completar as tarefas de codificação, recuperação e análise da informação.

Petty e Cacioppo (1986) determinam capacidade como sendo algo mais complexo, onde engloba traços pessoais como o conhecimento, a experiência e a inteligência, além das influências externas, como a complexidade da tarefa, restrições de tempo ou distrações que afetam a oportunidade de um indivíduo pensar.

O conhecimento é o resultado de todas as experiências teóricas e práticas vivenciadas pelo auditor, e Abdolmohammadi e Wright (1987) entendem que o efeito destas experiências aumenta à medida em que as tarefas se tornam mais complexas, agregando também no conhecimento do profissional. Os autores também identificaram que auditores mais experientes tem julgamentos e tomada de decisões semelhantes, baseado nas experiências geralmente parecidas pelas quais passaram.

Libby e Luft (1993) colocam que a capacidade e o conhecimento são fatores contrastantes, pois enquanto o primeiro não tende a ser específico de um determinado serviço, o segundo é específico daquela determinada tarefa, e ambos podem afetar independentemente o desempenho do julgamento e variam entre os indivíduos. Esta posição vai contra a definição de Petty e Cacioppo (1986) sobre capacidade, pois os últimos entendem que o conhecimento é uma característica que compõe a capacidade do indivíduo e não algo adverso.

A motivação, de acordo com Petty et al., (2003) está relacionada intrinsecamente ao desejo de um indivíduo de exercer um alto nível de esforço mental para alcançar determinado resultado ou recompensa. Bouwman (1984) diz que as expectativas de auditores mais experientes podem servir como fator motivacional na busca de evidência nos trabalhos de auditoria.

O ambiente e suas características temporais têm a capacidade de influenciar o desempenho do julgamento efetuado pelos auditores, e destacam exemplos como a tecnologia, mídia, incentivos monetários, prazos dos trabalhos, pressão do governo e dos administradores, entre outros (Libby & Luft, 1993; Janvrin & Jeffrey, 2007). Ainda Libby e Luft (1993) trazem que essas motivações exercidas pelo ambiente podem ser positivas ou negativas quando se trata de efetuar um julgamento de auditoria imparcial e de qualidade.

Logo, percebe-se que o julgamento e a tomada de decisão dos auditores para análise e divulgação das evidências são complexos, pois envolvem as características pessoais, emocionais, além das influências do ambiente em que está presente. Pesquisas mais recentes feitas por Griffith, Nolder e Petty (2017) utilizando o modelo inicialmente proposto por Petty e Cacioppo (1986) buscaram entender como as emoções do indivíduo podem afetar os julgamentos de maneira diferente dependendo das combinações das variáveis motivação e capacidade, e argumentam que a relação positiva que os auditores têm com os clientes pode afetar os julgamentos somente quando os auditores não têm motivação para pensar com independência.

Partindo do pressuposto de que cada profissional tem as suas características particulares juntamente com a variação de humor, Cameran, Ditillo e Pettinicchio (2017) identificaram que não apenas um único indivíduo afeta os processos de julgamento, mas o modo como as equipes de auditoria é estruturado influencia no desempenho e na qualidade dos serviços prestados. Visto todas estas interferências que os auditores sofrem, individualmente e em grupo, ressalta-se a importância de o profissional ser o mais neutro, imparcial, justo, independente e cético possível, pois apesar da pressão que o mesmo irá ter do ambiente e de terceiros, estas características irão reduzir os vieses emocionais (Boynton, et al., 2002; Stuart, 2014; Koch et al., 2016).

Após apresentada a importância do julgamento efetuado pelos auditores, no próximo tópico, serão abordados os pontos específicos sobre os eventos subsequentes e as questões trazidas por estudos anteriores que discorrem sobre a complexidade do processo de auditoria destes fatos.

2.2 EVENTOS SUBSEQUENTES

2.2.1 Mapeamento bibliográfico sobre a divulgação dos Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período contábil é descrito por Martins, Gelbcke, Santos e Iudícibus (2013) como qualquer fato favorável ou desfavorável que ocorra entre a data do balanço e a data da autorização podendo ocorrer nas empresas de grande porte, ou em micros e pequenas empresas. A norma internacional que orienta esse fato é o IAS 10 – “*Events After the Reporting Period*”, e no Brasil foi traduzida e divulgada conforme o CPC 24 – “Eventos Subsequentes”.

Uma consideração é ressaltada por Nannini e Weffort (2010) e Martins et al. (2013) sobre as datas que demarcam a ocorrência dos eventos subsequentes: a data de autorização das demonstrações contábeis não é a mesma da divulgação ao público. Entende-se como data da autorização aquela em que as demonstrações são apresentadas pela primeira vez ao conselho de administração e demais órgãos externos vinculados a entidade como os acionistas, e a data da publicação é quando as informações são disponibilizadas ao público em geral, sendo publicadas em jornais, no Diário Oficial e em outros meios de comunicação.

Os eventos subsequentes devem servir para explicar a natureza dos eventos e os reflexos que trarão para a sociedade, podendo ser positivos ou negativos, esclarecem Martins et al. (2013).

Estes eventos são considerados importantes na literatura pois entende-se que os eventos subsequentes divulgados são aqueles fatos relevantes para a empresa e seus usuários, sendo assim, estes merecem atenção e estudos para serem compreendidos melhor (Janvrin & Jeffrey, 2007; Bec, 2009 e Chung et al., 2012).

Tal relevância da informação é comparada com o prazo de entrega das demonstrações financeiras por Abela (2005) citado por Cauchi (2016), que identificou por meio de pesquisas com auditores que consideram mais importantes a relevância da informação do que os prazos para divulgação, devido as necessidades dos usuários por uma informação de qualidade.

Michels (2017) contextualiza que existem dois tipos de eventos subsequentes, sendo que o primeiro deles consiste em eventos ou transações que fornecem evidências adicionais sobre as condições que existiam na data do balanço patrimonial, e esta situação requer ajustes nas demonstrações financeiras. Já o segundo, consiste em eventos que fornecem evidências sobre condições que não existiam no período contábil a que se refere as demonstrações, surgindo após essa data, e por isso estes últimos não requerem reconhecimento.

Porém, alguns eventos que não necessitam de reconhecimento são significativos o suficiente para exigir divulgação, explicam Mackenzie, Coetsee, Njikizana, Chamboko, Colyvas e Hanekom (2013), visto que existem situações que não requerem ajustes nas demonstrações, mas a ausência desta informação no conjunto das divulgações da empresa prejudicaria a avaliação e a tomada de decisão dos usuários.

A divulgação apropriada nas demonstrações financeiras de eventos subsequentes é tão importante quanto a de eventos que ocorram dentro do período acobertado pelas demonstrações, pois os eventos subsequentes são capazes de reduzir a assimetria de informação e suas distorções podem influenciar significativamente na tomada de decisão econômica (Bec, 2009; Hendriksen & Van Breda, 2012).

Pesquisas anteriores recorrentes evidenciam que a divulgação das informações contábeis aumenta a eficiência do mercado de capitais possibilitando uma análise mais minuciosa para a tomada de decisão (Beaver, 1968; Bushman & Smith, 2001; Murcia & Machado, 2014). Partindo deste pressuposto, Kos et al., (2017) verificaram se as informações emitidas antecipadamente pelos eventos subsequentes têm o potencial de influenciar o mercado acionário, e como resultado identificaram que há informações que apresentaram um retorno significativo, sendo alguns destes eventos que afetam significativamente o mercado a divulgação de dividendos, incorporação de ações, abertura de capital, contrato de financiamento, entre outros.

Bec (2009) acrescenta que as informações geradas pelos eventos subsequentes são consideradas relevantes, porém na prática tende a ser diferente, pois ao se analisar mais detalhadamente, percebe-se que os investidores mais influentes têm acesso a demais fontes de informações por parte da empresa que visa a necessidade destes *stakeholders*, sendo que as demonstrações financeiras desempenhariam um papel menos significativo na tomada de decisão considerando esta situação.

Mesmo existindo outras fontes de informações, uma visão mais ampla e positiva é sugerida por Hendriksen e Van Breda (2012), de que todos os tipos de eventos subsequentes (aqueles que geram ajustes, aqueles que não geram ajustes, mas devem ser divulgados por serem relevantes e os que não geram ajustes e não necessitam de divulgação conforme as orientações das normas internacionais) devem ser divulgados diretamente no relatório financeiro revisto pelo auditor, visando proporcionar uma informação com mais qualidade para a tomada de decisão.

Outra perspectiva sobre a divulgação dos eventos subsequentes é abordada por Michels (2017) que identificou diferença na reação dos investidores com relação as informações dos

eventos subsequentes que são apenas divulgadas daquelas que são reconhecidas. O autor encontra uma resposta mais significativa do mercado para as empresas que reconheceram os eventos subsequentes em relação aquelas que apenas divulgaram, corroborando para os achados de Aboody (1996) e Ahmed, Kilic e Lobo (2006) que entendem que os valores reconhecidos são mais pertinentes do que os divulgados.

A partir dos achados baseados em pesquisas anteriores sobre a divulgação dos eventos subsequentes, entende-se que essa informação divulgada e/ou reconhecida tem impacto significativo diante dos usuários para a tomada de decisão, pois mesmo existindo outras fontes de informações para aqueles *stakeholder* mais influentes, ainda assim a grande maioria dos usuários tem como principal fonte de informação as demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço podem dar origem a distorções significativas nas demonstrações contábeis, por essa razão Janvrin e Jeffrey (2007) consideram uma área chave dentro do processo de auditoria.

Logo, para que os eventos subsequentes emitam uma mensagem de qualidade, reduzindo a assimetria de informação, são necessários os procedimentos de auditorias, orientados pelas normas internacionais que harmonizam os procedimentos em todos aqueles países que aderirem a ela, na busca de validar os dados divulgados da empresa para seus usuários da informação.

2.2.2 Auditoria dos Eventos Subsequentes

Os aspectos citados anteriormente dizem respeito a divulgação das evidências dos eventos subsequentes, porém, para as empresas de grande porte são exigidas que estas informações sejam testadas antes de disponibilizá-las aos usuários, e com isso tem-se o processo de auditoria independente.

Os procedimentos de auditoria independente dos eventos subsequentes são orientados pela *International Standard on Auditing 560 – “Subsequent Events”*, e no Brasil tem-se a NBC TA 560/2016 (R1) – Eventos Subsequentes, norma que faz correlação as orientações internacionais e trata da responsabilidade do auditor independente em relação a estes eventos na auditoria das demonstrações contábeis.

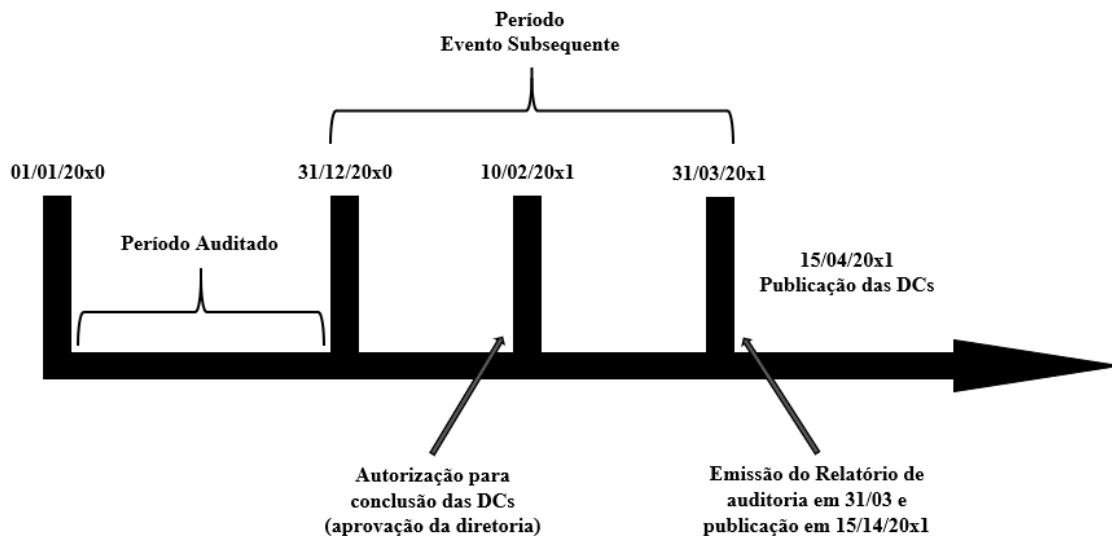
Segundo Cauchi (2016) a responsabilidade do auditor com relação aos eventos subsequentes é de certificar-se que estes eventos tenham sido corretamente evidenciados nas demonstrações financeiras de modo tempestivo e claro para os usuários da informação.

Os padrões internacionais exigem dos auditores: que procurem pelos eventos subsequentes; avaliem seu impacto nas demonstrações financeiras e nos controles internos da empresa; e assegurem que eles sejam resolvidos adequadamente (Chung et al., 2012).

A norma também prevê a possível ocorrência dos eventos subsequentes que chegam ao conhecimento do auditor independente após a data do seu relatório de auditoria ou após a divulgação das demonstrações contábeis. O auditor não é responsável por fatos que tem conhecimento após a emissão de seu relatório, porém, em ambas situações, se ele julgar que estas novas informações são relevantes, o mesmo deverá comunicar e discutir juntamente com os responsáveis da empresa se será necessário alterar o relatório já emitido ou as declarações publicadas. Tem-se esta orientação prezando a qualidade da informação transmitida a seus usuários, que é tida como uma característica de melhoria da informação contábil.

Longo (2011) apresenta uma linha do tempo para melhor visualização do período em que ocorre os eventos subsequentes:

Figura 2 – Ocorrência dos eventos subsequentes e emissão do relatório de auditoria.



Fonte: Longo (2011).

Apesar da norma internacional orientar esses procedimentos, na prática nem sempre ocorre conforme o esperado. Nawaiseh e Jaber (2015) verificaram que existe uma relação significativa dos profissionais de auditoria que ignoram os requisitos da ISA 560 no período entre a emissão do Relatório do Auditor Independente e a autorização das demonstrações contábeis

Janvrin e Jeffrey (2007) já identificaram que os auditores no geral seguem as recomendações das normas internacionais, mas que estes procedimentos revelam uma baixa

frequência de evidências de eventos subsequentes, ou seja, mesmo de acordo com as normas a qualidade da auditoria de eventos subsequentes ainda apresentam falhas.

A auditoria dos eventos subsequentes é considerada complexa por Chung et al. (2012) pois enquanto outros processos de auditoria envolvem a comprovação de um conjunto conhecido de transações ou critérios, os auditores devem considerar um universo aparentemente infinito de potenciais eventos subsequentes. Além disso, a pesquisa é realizada de forma contínua a partir da data do balanço até após a data do relatório do auditor (caso o fato seja relevante), e abrange todas as contas e classes de transações significativas simultaneamente.

A tarefa de auditoria dos eventos subsequentes é descrita por Cauchi (2016) como desafiadora, que envolve uma ampla busca de evidências e tende a considerar contas ou transações não rotineiras, onde os auditores podem encontrar algumas dificuldades, mas estas não a tornam uma tarefa impossível de ser realizada.

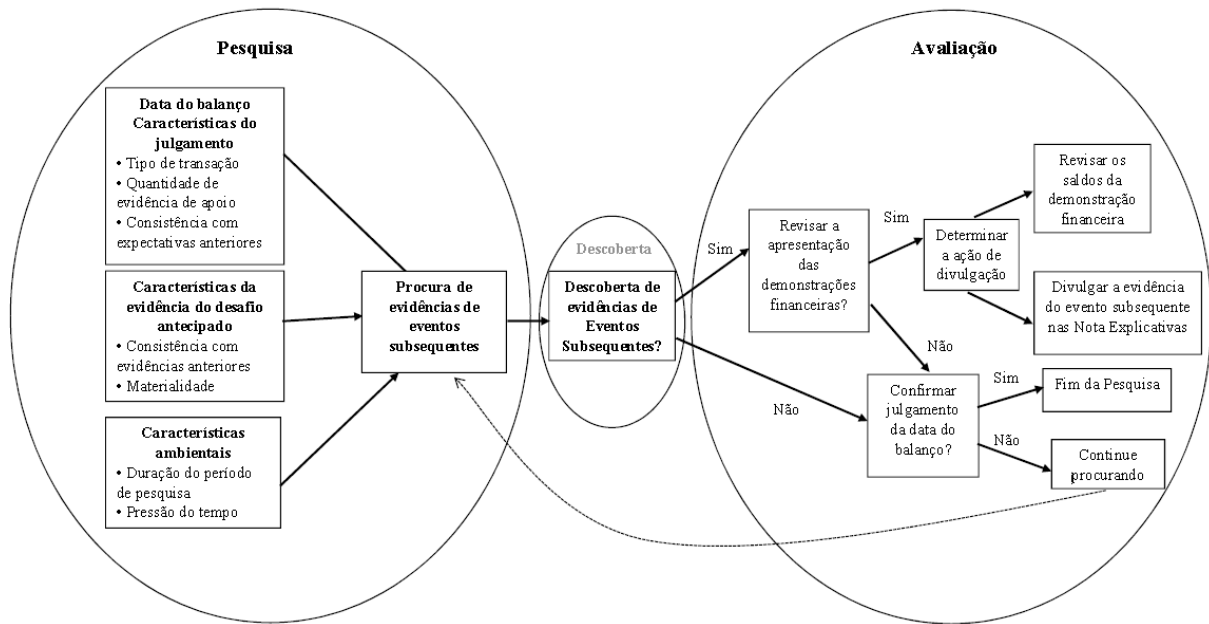
Muitos fatores são encontrados na literatura que justificam as dificuldades acerca da auditoria dos eventos subsequentes e justificam a necessidade de pesquisas que compreendam melhor como funciona esse processo e qual a significância que recebem dos profissionais. Janvrin e Jeffrey (2007) entendem que a qualidade da auditoria dos eventos subsequentes pode ser prejudicada visto a subjetividade e a diminuição da disponibilidade de evidências sobre estes eventos.

Outras dificuldades são abordadas por Herda e Lavelle (2014) como as restrições de tempo e prazo para efetuar esse processo, a falta de conhecimento da atividade exercida pela empresa, a não cooperação dos clientes na busca de evidências, e as objeções ao se discutir o assunto com a administração visto o risco do cliente que se resume a materialidade e ao impacto que este evento poderá causar às demonstrações financeiras.

Embora toda complexidade e subjetividade encontrada no processo de auditoria dos eventos subsequentes, os profissionais consideram importante a informação gerada pelos mesmos e os processos de obtenção de evidências (Janvrin & Jeffrey, 2007; Ozdemir & Gokcen, 2016), principalmente pela influência de alterar as decisões dos investidores.

Visto a relevância atribuída pelos auditores aos eventos subsequentes na tomada de decisão conforme detectada nas pesquisas anteriores, é importante que os procedimentos utilizados sejam coerentes para alcançar o resultado esperado, e assim, Janvrin e Jeffrey (2007) propõem um modelo de busca, descoberta e avaliação dos eventos subsequentes, conforme a figura a seguir:

Figura 3 – Modelo de pesquisa, descoberta e avaliação dos eventos subsequentes.



Fonte: Adaptado de Janvrin e Jeffrey (2007).

Os autores entendem que as três etapas do processo de auditoria são independentes. A primeira parte consiste na busca das evidências para encontrar os possíveis eventos subsequentes, que são divididos em três características:

Quadro 2 – Busca de evidências de eventos subsequentes.

Busca de evidências de Eventos Subsequentes	
Características	Fatores
Características de Julgamentos: auxiliam no processo de busca das evidências.	Tipo de Transação: as contas não-rotineiras são mais propensas a apresentarem inconsistências nos processos de auditoria (Houghton & Fogart, 1991, citado por Janvrin & Jeffrey, 2007).
	Quantidade de Evidências de apoio: a probabilidade dos auditores procurarem informações adicionais tem relação positiva a quantidade de evidências disponíveis no julgamento inicial (Hogart & Einhorn, 1992).
	Consistência com expectativas anteriores: os auditores são mais propensos a ter uma maior confiança nos julgamentos quando reconheceram com precisão as provas que tinham visto anteriormente e quando confundiram suas próprias inferências com evidências realmente observadas (Moeckel & Plumlee, 1989).
Características de Evidências: auxiliam no processo de busca das evidências	Consistência com evidências anteriores: as expectativas dos profissionais mais experientes podem motiva-los na busca por evidências (Bouwman, 1984).
	Materialidade: a busca por fatores materiais que afetam o conjunto das demonstrações financeiras são mais prováveis com relação aos fatores que afetam apenas uma determinada conta (Patterson & Smith, 2003).
Características Ambientais: podem influenciar a vontade dos auditores na busca dos eventos subsequentes	Duração do período da pesquisa: a redução do tempo entre a data do balanço e a da entrega dos relatórios de auditoria limita o período disponível para a procura por evidências (SEC, 2005).
	Pressão do Tempo: a pressão do tempo influencia nos processos de auditoria, podendo reduzir a capacidade do auditor (Braun, 2000).

Fonte: Adaptado de Janvrin e Jeffrey (2007).

Verifica-se que logo nesta primeira fase de busca/pesquisa por evidências, os auditores estão propensos a ter influências de fatores psicológicos, onde questões pessoais e ambientais podem afetar a procura e comprometer o resultado do serviço.

Após a pesquisa pelas evidências, na segunda etapa o auditor verifica se houve ou não a descoberta de eventos subsequentes. Se acontecer essa ocorrência, ele deve iniciar a etapa final da avaliação, efetuando seu julgamento com relação a informação e a relevância que terá para fins de tomada de decisão, e se concretizado o fato dos eventos subsequentes, será realizada uma revisão nas demonstrações financeiras para verificar o possível reconhecimento e a divulgação.

Caso na etapa da descoberta o auditor não identificar a ocorrência de eventos subsequentes, o mesmo deverá confirmar se os julgamentos efetuados estão de acordo e decidir por finalizar o processo ou retornar a fase das buscas por evidências novamente.

Dando ênfase à psicologia comportamental, Chung et al. (2012) identificam condições que influenciam os auditores em seu processo de pesquisa, avaliação e resolução acerca dos trabalhos que envolvem eventos subsequentes, considerando os fatores ambientais, individuais e cognitivos.

Os mesmos autores esclarecem que esse conjunto de fatores podem resultar em um julgamento cujo resultado será mais tendencioso ou imparcial, explicando assim as deficiências identificadas nos relatórios de auditorias da SEC e da PCAOB analisados pelos pesquisadores. Logo, por mais neutro que um profissional deva ser, na prática devido a condições comportamentais, o resultado final do trabalho pode apresentar vieses, e com isso ressalta-se a importância de uma auditoria de eventos subsequentes adequada, sendo um processo intrinsecamente complexo que requer a aplicação cuidadosa do julgamento profissional.

Outra questão levantada por Janvrin e Jeffrey (2007) e Cauchi (2016) é o tempo disponível para efetuar os testes de auditoria, visto que o aumento da pontualidade na entrega das demonstrações financeiras podem ter um impacto negativo na procura por evidências, sendo mais relevantes no caso dos eventos subsequentes, onde estes testes são realizados no final do trabalho de auditoria, aumentando assim a pressão do auditor.

Nawaiseh e Jaber (2015) concluem que cabe ao auditor tomar as medidas adequadas para encontrar as evidências que comprovem os eventos subsequentes, identificando a extensão da materialidade e certificando-se da atualização das contas através do desenvolvimento de um plano de auditoria que seja de acordo com o tempo que tem disponível, seguindo os procedimentos adequados para permitir que ele obtenha garantias e provas suficientes sobre os

juízos efetuados, tentando ser o mais imparcial possível para que a informação tenha qualidade e não interfira de forma prejudicial na tomada de decisão.

Por fim, baseando-se na influência da informação destes eventos subsequentes sobre o mercado e na necessidade de procedimentos de auditoria para validar a informação, o próximo capítulo é destinado para apresentar a metodologia do trabalho que busca como medir a variável latente “importância” que os profissionais de auditoria atribuem a informação gerada pelos eventos subsequentes e aos procedimentos de auditoria orientados pelas normas internacionais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são abordados os procedimentos metodológicos que conduziram o presente estudo. Inicialmente detalha-se a tipologia da pesquisa quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema. Em seguida, tem-se os critérios de levantamentos, onde são apresentadas a população, amostra e o instrumento de pesquisa. Após isso, estruturou-se o constructo da pesquisa, definiu-se as variáveis, aplicou-se o pré-teste, e por fim, os procedimentos de coleta e tratamento dos dados.

3.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se metodologicamente, quanto aos objetivos com caráter descritivo, quanto aos procedimentos enquadra-se como uma pesquisa de levantamento (*survey*), e o problema é abordado de maneira quantitativa.

A pesquisa é uma investigação sistemática para encontrar respostas a um problema (Hughes, 2006) e apoiado em Köche (2012) entende-se que sua necessidade por fazer ciência deriva da curiosidade, da tentativa de produzir respostas a perguntas que colaboram para uma melhor compreensão do ambiente, e não existe uma verdade absoluta, pois o processo do conhecimento põe em dúvida os resultados já produzidos, podendo estes mesmos serem afirmados ou refutados. Neste contexto, aplica-se a presente pesquisa buscando apoiar ou refutar os achados acerca do comportamento de profissionais em auditoria sobre os eventos subsequentes.

Para tal objetivo, o estudo define-se descritivo, pois conforme explica Raupp e Beuren (2014) a pesquisa analisa e descreve um problema sem interferir em suas variáveis, sendo importante para a área contábil pois esclarece determinados aspectos inerentes a ela. Seguindo este intuito, busca-se entender e descrever uma característica do profissional contábil, que é o nível de importância que os auditores atribuem a um fato específico – os eventos subsequentes, e para tal, é analisado com a ajuda de técnicas estatísticas a relação entre as variáveis da pesquisa captadas por meio de um questionário.

Os questionários são instrumentos utilizados nas pesquisas de levantamento para coletar as informações de uma população que se deseja conhecer buscando reduzir os erros da pesquisa (Cooper & Schindler, 2016). O procedimento aplicado na pesquisa, denominado levantamento ou *survey* tem o objetivo de medir opiniões e atitudes através da amostragem (Michel, 2009),

sendo bastante utilizado em estudos sobre a percepção dos *stakeholders* e relatórios financeiros (Adeyemi & Olowookere, 2011).

Conforme Creswell (2007) um levantamento apresenta uma descrição quantitativa onde os dados estão na forma numérica, representando atitudes ou opiniões de determinada população ao se estudar uma amostra dela, podendo o pesquisador generalizar o resultado ou fazer alegações. Na abordagem quantitativa os resultados são mais objetivos e sua análise e interpretação não demandam um alto nível de julgamento, e tem como uma de suas principais limitações a complexidade humana, pois muitas vezes dependem de opiniões ou tendências que variam conforme as características das pessoas (Hughes, 2006).

Neste sentido, efetuou-se um levantamento, utilizando o questionário para a coleta dos dados, sobre a opinião dos auditores a respeito da importância que atribuem aos eventos subsequentes, limitando-se a população para àqueles profissionais que exerceram a profissão ativamente entre os anos de 2013 a 2017 efetuando auditorias nas empresas listadas na bolsa de valores, onde para isso é necessário possuir cadastro na CVM juntamente com o registro no órgão de classe. Assim, foi possível efetuar uma análise para estimar simultaneamente uma série de relações com o auxílio do modelo de equações estruturais para o tratamento dos dados, conforme será discorrido no item 3.7 – Coleta e Tratamento dos Dados.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Segundo Gil (2012), entende-se por população a totalidade do conjunto de elementos que possuem determinadas características em comum, sendo a população deste estudo constituída pelos auditores independentes responsáveis por emitir sua opinião nos relatórios de auditoria.

No Brasil, a classe de profissionais habilitados para exercer serviços de auditoria é representada pelos auditores que possuem cadastro no CNAI (2018), totalizando 3.543 profissionais com a inscrição ativa. Porém, visto a dificuldade de conseguir o contato para envio do instrumento de pesquisa e a possível situação de existirem auditores que possuem o registro mas não exercem ativamente a profissão, optou-se por delimitar a pesquisa selecionando como população os profissionais que assinaram os Relatórios dos Auditores Independentes nas competências de 2013 a 2017 das 566 empresas listadas na B3 no ano de 2017, pois entende-se que estes auditores encontram-se ativos no mercado de trabalho e tendo que se capacitar periodicamente, visto os programas de educação continuada exigidos por legislação, possuindo as condições e o conhecimento necessário para contribuir com a pesquisa.

Da quantidade total de empresas listadas na B3, 124 delas são do Mercado Internacional, conhecidas como *Brazilian Depositary Receipts* (BDR's), ou seja, trata-se de certificados de depósitos que são emitidos e negociados na bolsa de valores brasileira, porém, a companhia por ser de origem estrangeira não está obrigada a publicar suas demonstrações contábeis e ser auditada aqui no Brasil, sendo que a publicação e a auditoria acontece no país de origem da entidade. Logo, estas companhias foram desconsideradas, visto que o foco da pesquisa são os auditores independentes brasileiros.

Os contatos dos auditores foram obtidos por meio do Formulário de Referência emitido pelas empresas e disponível na internet pelo site da B3, e ao todo a população da pesquisa foi constituída por 351 profissionais.

A quantidade de auditores que compõe a população da pesquisa se explica pois na mesma competência existem profissionais que são responsáveis por mais de uma empresa e eles também podem permanecer por até cinco anos realizando o trabalho de auditoria para a mesma empresa, sendo que após esse período, deverá haver um rodízio de auditor e o anterior só poderá ser recontratado após três anos (Instrução CVM 308/1999).

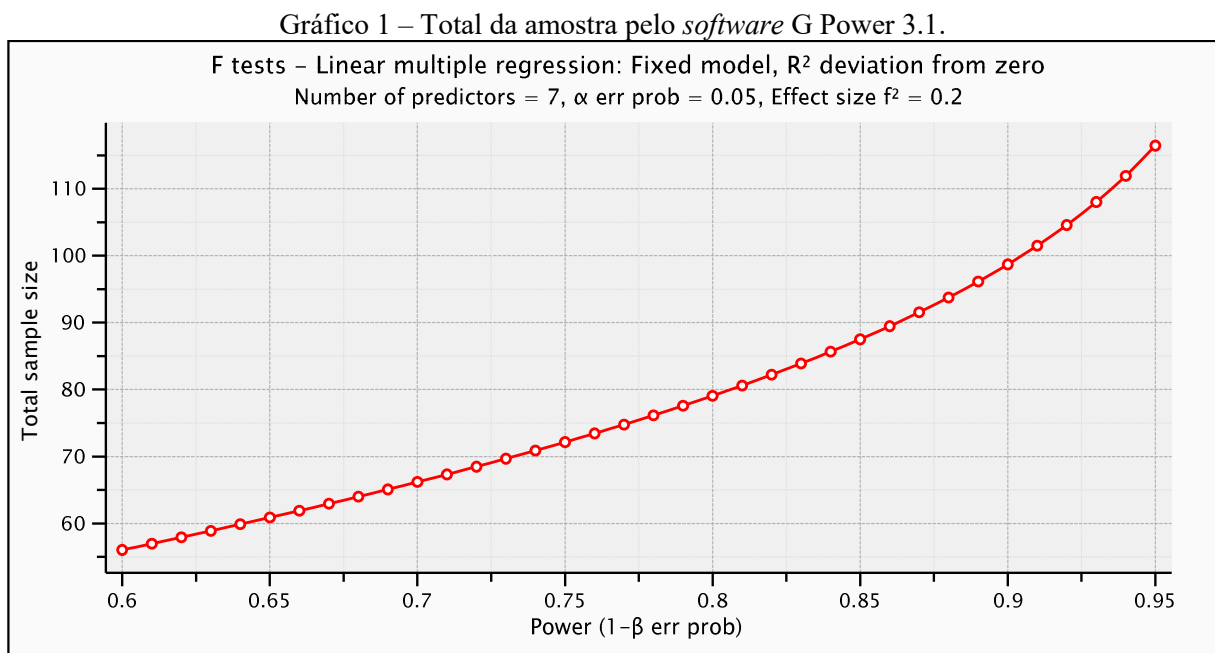
A amostra é definida por Martins e Theóphilo (2016) como um subgrupo da população, sendo a parte que é selecionada para análise. Seu tamanho e representatividade dependerá da quantidade da população e outros fatores metodológicos que variam conforme o tipo de pesquisa escolhido.

Sendo assim, a amostra da pesquisa classificou-se como não probabilística e intencional por julgamento, uma vez que é não aleatória e subjetiva, pois, os membros foram selecionados com base em critérios definidos pelo pesquisador (Cooper & Schindler, 2016).

O cálculo do tamanho amostral, referente a população de 351 auditores, foi realizado pelo software G-Power 3.1, considerando o teste F para regressão linear múltipla, determinando os seguintes parâmetros: o tamanho do efeito ou *effect size* que é o índice do grau de desvio da hipótese nula (Cohen, 1977), sendo que quanto maior esse valor, maior o grau no qual o fenômeno sob estudo está manifestado, classificado em 0,02 pequeno, 0,15 médio e 0,35 grande; o nível de significância, que representa a probabilidade de rejeitar a hipótese nula, quando ela é verdadeira; o poder do teste de inferência estatística, que é a probabilidade de rejeitar corretamente a hipótese nula quando esta deve ser rejeitada; o número de preditores que na modelagem de equações estruturais, é representado pela maior quantidade de setas estruturais chegando em uma variável latente. Os valores destes parâmetros foram fixados em:

- Tamanho do efeito: $f^2 = 0,20$;
- Nível de significância: $\alpha = 0,05$;
- Poder: $1 - \beta = 0,80$;
- Número de preditores: 7.

O número da amostra mínima calculada pelo software G Power 3.1 foi de 80 respondentes, apresentando-se a relação entre o tamanho amostral e o poder do teste na figura a seguir:



Fonte: Elaborada pela autora.

A composição amostral da pesquisa compreende os respondentes do questionário aplicado, que totalizaram 74 auditores, não atendendo ao número mínimo de respondentes conforme calculado anteriormente, logo, os resultados da pesquisa não podem ser generalizados para a população total.

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Nas pesquisas de levantamento, caracterizadas por sua abordagem quantitativa, destaca-se a utilização de questionários como um dos principais instrumentos de pesquisa para a coleta de dados, pois captam melhor a opinião e determinadas atitudes do que as técnicas de observação (Cooper & Schindler, 2016).

O questionário é definido por Gil (2012) como uma técnica de investigação onde um conjunto de questões (abertas ou fechadas) é submetida à amostra da pesquisa com o propósito de obter informações sobre conhecimento, comportamento, opiniões, etc.

Optou-se pela utilização do questionário eletrônico (via internet) devido a distribuição geográfica da amostra e a dificuldade de sua aplicação pessoalmente. Richardson (2012) e Martins e Theóphilo (2016) explicam que este método apresenta características positivas como a possibilidade de abrangência da amostra por um baixo custo, porém, também há limitações, como o baixo retorno dos respondentes, problemas quanto a validade e a confiabilidade do instrumento, pois não é possível ter a certeza de que a informação obtida corresponde à realidade, e a incerteza de quem realmente respondeu a pesquisa visto a ausência do pesquisador no momento da coleta de dados.

Para tal, mesmo diante destas características que o instrumento de pesquisa apresenta, entende-se que dentre as possibilidades de coleta de dados, é a melhor escolha para alcançar os objetivos propostos pela presente pesquisa.

Destaca-se ainda a utilização do questionário no presente estudo para identificar a percepção dos profissionais em auditoria contábil, que de acordo com Martins e Theóphilo (2016) este é um importante instrumento para coleta de dados e evidências, onde é possível medir as variáveis quantitativas por meio de escalas. Os questionários, quando elaborados corretamente, conseguem medir as atitudes de seus respondentes, baseando-se em suas respostas ao efetuarem o preenchimento de maneira coerente e autêntica.

O tipo de escala que consegue medir com maior precisão o que propõe a pesquisa são as escalas de atitudes, pois por meio delas é possível mensurar e medir opiniões que fornecem ideias sobre o comportamento (Cooper & Schindler, 2016). Os mesmos autores trazem que um dos tipos de escala de atitude usada com frequência é a Escala de *Likert*, desenvolvida por Rensis Likert no início dos anos 30, que tem como objetivo classificar numericamente cada resposta recebida identificando se as atitudes são favoráveis ou desfavoráveis com relação ao objeto de interesse, podendo esses números serem somados para mensurar a atitude global dos participantes.

A Escala tipo *Likert* é comumente usada como uma escala psicométrica padrão para medir as respostas e foi inicialmente criada com cinco pontos, onde 1 significava “Discordo Totalmente” e 5 “Concordo Totalmente”, podendo os rótulos mudarem conforme o que o pesquisador está tentando identificar (Li, 2013).

Porém, conforme questiona Garner (1960), não há como especificar uma escala com numeração fixa para medir determinada característica, pois o objetivo das escalas é permitir

que um avaliador demonstre a discriminação de um conjunto de estímulos a serem classificados, logo, para cada instrumento de pesquisa existe um número considerado ótimo de categorias de classificação, sendo essa classificação aquela que melhor capta a percepção dos respondentes. Por meio de pensamentos semelhantes, surgiram as variações da Escalas de *Likert* com 3 (três) e 7 (sete) pontos.

Existe toda uma discussão sobre o critério de escolha da numeração da Escala de *Likert*, e junto a isso, estudos anteriores verificam se as variações numéricas realmente influenciam na percepção da amostra analisada. Ferguson (1941) e Matell e Jacoby (1971) investigaram se essa variação afeta a confiabilidade e a validade dos dados e chegaram a conclusões diferentes, onde o primeiro afirma que a confiabilidade de uma escala aumentará à medida que o número de pontos de escala aumentar, já os últimos entendem que estas características são independentes do número de pontos utilizados.

Estudos mais recentes como Dalmoro e Vieira (2014) entendem que o número equivocado de pontos na escala pode ocasionar falhas na medição das informações dos instrumentos de coleta de dados, e identificaram que existem influência do número de pontos escolhidos para a escala nos resultados de uma mensuração.

Buscando minimizar as dificuldades de mensuração da Escala tipo *Likert*, Hodge e Gillespie (2003) propõem uma variação com um modelo de onze pontos, sempre de 0 a 10, pois entendem que é uma numeração de fácil referência quando comparado com outras formas de avaliação numérica, facilitando a interpretação, a confiabilidade e a validade da escala. Os pesquisadores e nomearam de Escala *Phrase Completion*, e de acordo com os dados psicométricos corroboraram empiricamente para uma melhor consistência fatorial, demonstrando ser mais intuitiva.

Com base nestes conceitos e aplicações, formulou-se o questionário objeto de coleta de dados com uma Escala tipo *Likert* adaptada com onze pontos, pois entende-se que esta consegue captar melhor a percepção dos auditores. A elaboração das questões foi a partir de estudos anteriores sobre o tema da pesquisa e na legislação vigente sobre as normas de auditoria de eventos subsequentes, conforme tabela a seguir:

Quadro 3 – Referências para a elaboração do questionário.

Questionário	
Questão do Instrumento de Coleta de Dados	Referência
PARTE I – A PERCEPÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES BRASILEIROS SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS EVENTOS SUBSEQUENTES:	
Q1. OA ocorrência de eventos subsequentes são importantes o suficiente para afetar as decisões de investimentos na empresa.	Ozdemir e Gokcen, 2016
Q2. A ocorrência de eventos subsequentes são importantes o suficiente para afetar as transações comerciais com fornecedores e clientes.	Ozdemir e Gokcen, 2016
Q3. A ocorrência de eventos subsequentes são importantes o suficiente para mudar a opinião do Auditor Independente.	Ozdemir e Gokcen, 2016
Q4. Os eventos subsequentes são importantes quando alteram somente uma conta específica das Demonstrações Contábeis.	Ozdemir e Gokcen, 2016
Q5. Os eventos subsequentes são importantes quando alteram o conjunto das Demonstrações Contábeis.	Ozdemir e Gokcen, 2016
Q6. A obtenção de evidências relacionadas a eventos subsequentes é mais importante do que a pontualidade dos relatórios financeiros.	Ozdemir e Gokcen, 2016
Q7. A obtenção de evidências relacionadas a eventos subsequentes é um procedimento importante na auditoria e não apenas realizado para cumprir as formalidades exigidas pelas Normas de Auditoria vigentes.	Chung et al, 2012
Q8. É importante um planejamento dos procedimentos/testes para se obter as evidências dos eventos subsequentes.	NBC TA 560 (R1) - Item 6
Q9. É importante os Auditores terem entendimento dos procedimentos estabelecidos pela administração da empresa para assegurar que os eventos subsequentes serão identificados.	NBC TA 560 (R1) - Item 7a
Q10. Indagar a administração sobre a ocorrência de eventos subsequentes que poderiam afetar as informações das Demonstrações Contábeis é um procedimento comum e importante realizado pelo Auditor.	NBC TA 560 (R1) - Item 7b
Q11. É um procedimento comum e importante a leitura das atas das reuniões realizadas pela administração após a data das Demonstrações Contábeis.	NBC TA 560 (R1) - Item 7c
Q12. É um procedimento comum e apropriado indagar os consultores jurídicos sobre litígios e reclamações da empresa quando da análise de eventos subsequentes.	NBC TA 560 (R1) - Item A8 (material explicativo)
Q13. É um procedimento comum e apropriado apresentar um novo Relatório de Auditoria quando as Demonstrações Contábeis são alteradas em função de fatos relevantes conhecidos antes de serem divulgadas.	NBC TA 560 (R1) - Item 10a
Q14. É procedimento comum e apropriado discutir com a administração sobre fatos relevantes que chegam após a divulgação das Demonstrações Contábeis e que poderiam ter alterado o Relatório de Auditoria.	NBC TA 560 (R1) - Item 14a
PARTE II – DADOS PROFISSIONAIS:	
1. Qual é a sua maior titulação? () Bacharelado () Especialização () Mestrado () Doutorado	Ozdemir e Gokcen, 2016
2. Qual o seu local de trabalho? () Escritórios Pequeno/Médio Porte () Escritórios Grande porte () Big Four	Ozdemir e Gokcen, 2016
3. Qual é o seu tempo de experiência profissional como Auditor Contábil? () Até 5 anos () De 5 a 10 anos () De 11 a 20 anos () Acima de 20 anos	Nawaiseh e Jaber, 2015
4. Qual a região do país onde atua com mais frequência? () Norte () Nordeste () Centro-Oeste () Sudeste () Sul	Chung et al, 2012
5. Na prática da auditoria, já teve experiência com Eventos Subsequentes? () Sim () Não	Ozdemir e Gokcen, 2016
6. Caso tenha tido contato, qual o nível de esforço total para obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes? () Menos de 2 hs () Entre 2 e 4 hs () Entre 5 e 10 hs () Entre 10 e 20 hs () Acima de 20 hs	Ozdemir e Gokcen, 2016
7. No geral, considera que existem dificuldades para a obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes? (assinalar quantas alternativas julgar necessárias). () Sim, devido a subjetividade dos julgamentos que são necessários efetuar. () Sim, devido a questões relacionadas a empresa objeto da auditoria (reter informações, falta de qualidade, etc). () Sim, devido ao tempo que possui para desenvolver o trabalho. () Sim, devido a falta de clareza das normas que abordam este assunto (CPC 24 e NBC TA 560). () Sim, devido a falta de capacitação da equipe responsável pelo trabalho. () Não, o processo é efetuado de forma objetiva, sendo possível identificar com clareza os Eventos Subsequentes. () Outros (especifique)	Chung et al, 2012

Fonte: Elaborada pela autora.

O instrumento de pesquisa foi aplicado em dois momentos: o primeiro no pré-teste, onde foi avaliado se as questões formuladas estavam coerentes, de fácil interpretação e com uma linguagem técnica adequada, conforme disponível no Apêndice A (instrumento de pesquisa aplicado) e no Apêndice B (tabulação das respostas e análise das considerações recebidas). O segundo momento aconteceu no envio do instrumento de pesquisa ajustado conforme as contribuições recebidas no pré-teste para a população-alvo. Este último questionário apresentado anteriormente está disponível no Apêndice C desta pesquisa.

Antes do envio do instrumento de pesquisa, recomenda-se que o mesmo seja aprovado no Comitê de Ética, porém, optou-se pela utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visto que as questões foram analisadas em conjunto, sem expor os respondentes da pesquisa. No TCLE, o participante deve ser informado e esclarecido sobre os detalhes da pesquisa: objetivo, riscos, benefícios, proteções e conhecimento dos futuros resultados antes da pesquisa ser iniciada (Luna, 2008), e tendo esse conhecimento, se propõe ou não a colaborar com o pesquisador.

3.4 CONSTRUCTO E VARIÁVEIS DA PESQUISA

Com base nos estudos anteriores já citados anteriormente e nas normas de auditoria vigente sobre o assunto, foi possível delinear o constructo e as variáveis da pesquisa. O constructo é definido por Cooper e Schindler (2016) como uma imagem abstrata produzida especificamente para determinada pesquisa, construída pela combinação de conceitos simples e concretos para transmitir uma ideia principalmente quando não estiver sujeita à observação direta.

Os constructos são compostos por variáveis latentes, que são aquelas não mensuráveis diretamente, e que necessitam das variáveis observáveis, geralmente estimadas por escalas psicométricas, para que possam existir (Marôco, 2010).

Por sua vez, as variáveis, segundo Köche (2012), abordam os aspectos mensuráveis ou possivelmente mensuráveis por meio dos valores que assumem mediante ao objeto do estudo e sua aplicação. Richardson (2012) apresenta duas características que considera fundamental para as variáveis: elas são um aspecto passível de observação do fenômeno e devem apresentar variações com relação ao mesmo ou a outros fenômenos.

Existem vários tipos de variáveis, classificados conforme seu caráter diante dos elementos da pesquisa. Para o presente estudo, o conjunto de variáveis foi definido a partir do instrumento de pesquisa apresentado anteriormente, caracterizando-se da seguinte maneira:

(a) Na Parte I do questionário, cada questão utilizada para medir o nível de importância que o respondente atribui a determinada questão é considerada uma **variável dependente**, pois sofrem influência das variáveis independentes e não são manipuladas pelo pesquisador (Field, 2009). As mesmas também serão consideradas como **variáveis observáveis**, pois são usadas para medir e explicar as variáveis não observáveis, denominadas variáveis latentes (Pasquali, 2009). A pesquisa contém 14 (quatorze) variáveis dependentes;

(b) Na Parte II do questionário, cada questão que aborda os dados profissionais do respondente é considerada uma **variável independente**, pois afeta outras variáveis e não precisam estar relacionadas entre si (Richardson, 2012). A pesquisa contém 7 (sete) variáveis independentes;

(c) O conjunto das variáveis observáveis do estudo dará origem as **variáveis latentes**, que são aquelas não passíveis de serem mensuradas diretamente pelo pesquisador, mas estão relacionadas a outras variáveis observáveis que podem ser mensuradas (Field, 2009). O constructo da pesquisa é composto por três variáveis latentes, sendo que uma discorre sobre a importância atribuída a informação gerada e as outras duas sobre a importância atribuída aos procedimentos efetuados, cada qual formada por um grupo de variáveis observáveis presentes na Parte I do instrumento de pesquisa.

Assim, apresenta-se o constructo elaborado com as variáveis latentes, as demais variáveis utilizadas para mensurá-lo, bem como as questões aplicadas para alcançar tal objetivo com suas respectivas referências de suporte:

Quadro 4 – Constructo da pesquisa.

	Constructos 2ª Ordem	Constructos Latentes	Variáveis	Questões	Referências
Importância dos Eventos Subsequentes	Importância da Informação Gerada	Nível de Importância da Informação Gerada	(a) Aos usuários da Informação Contábil; (b) Quanto a quantidade de informações alteradas nas demonstrações financeiras; (c) Quando comparada com os prazos de publicações; (d) Quando comparada com os procedimentos de busca por evidências.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	Ozdemir e Gokcen (2016) e Chung et al (2012)
	Importância dos Procedimentos Efetuados	Nível de Importância dos procedimentos antes da emissão do Relatório do Auditor	(a) No planejamento dos procedimentos efetuados; (b) No conhecimento prévio dos processos da empresa; (c) Em questionamentos a administração e jurídico sobre possíveis evidências; (d) Na leitura de documentos da empresa.	8, 9, 10, 11, 12	Janvrin e Jeffrey (2007) e NBC TA 560 (R1)
		Nível de Importância dos procedimentos após a emissão do Relatório do Auditor e da Divulgação das Demonstrações	(a) Na apresentação de um novo Relatório do Auditor; (b) Em questionamentos sobre fatos relevantes que tomaram conhecimento após a divulgação das Demonstrações Financeiras.	13, 14	Janvrin e Jeffrey (2007) e NBC TA 560 (R1)

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da apresentação do constructo e das variáveis que compõe o trabalho, é possível construir as hipóteses estatísticas, sendo estas últimas que conduzem o caminho da investigação (Porton & Beuren, 2014) e serão apresentadas a seguir.

3.5 HIPÓTESES ESTATÍSTICAS

Kerlinger (1988) entende que as hipóteses são ferramentas para o avanço do conhecimento, e apesar de serem formuladas pelo homem, elas podem ser testadas e mostradas como provavelmente corretas ou incorretas, contribuindo para entender se as ideias do pesquisador concordam com a realidade.

A formulação das hipóteses segundo Köche (2012) são necessárias para guiar um trabalho científico pois estabelecem uma relação causal dos fatos entre si na tentativa de explicá-los. Algumas de suas funções são: orientar a direção do estudo, identificar fatos

relevantes, limitar o que deve ou não ser estudado, fornecer uma estrutura para organizar as conclusões resultantes, etc (Cooper & Schindler, 2016).

No presente estudo, foram elaboradas hipóteses estatísticas (ou de teste) para guiar a pesquisa empírica do *survey*, e por meio de métodos estatísticos, buscou-se analisar a percepção dos auditores sobre a importância que atribuem aos eventos subsequentes (quanto a informação gerada e aos procedimentos de busca por evidências) e se as características profissionais influenciam no nível de importância que atribuíram. As hipóteses de testes foram fundamentadas em pesquisas anteriores que buscaram analisar essa relação dos auditores com os eventos subsequentes (Janvrin & Jeffrey, 2007; Nawaiseh & Jaber, 2015 e Ozdemir & Gokcen, 2016).

As hipóteses estatísticas especificam a relação entre duas ou mais variáveis (Richardson, 2012). No tópico anterior, foram apresentadas as variáveis da pesquisa, sendo quatorze variáveis observáveis, cinco variáveis latentes e sete variáveis independentes. As variáveis latentes são explicadas por uma quantidade de variáveis observáveis e originou duas hipóteses de teste que busca medir o nível de importância que os auditores atribuem aos eventos subsequentes, e cada variável independente originou duas hipóteses de testes que tenta analisar se existe relação entre determinada característica do auditor com o nível de importância que o mesmo atribui as informações geradas e aos procedimentos de busca por eventos subsequentes.

Cada hipótese de teste é composta de uma hipótese nula (H_0) que rejeita a relação suposta pelas variáveis, e pela hipótese alternativa (H_a) que aceita a relação suposta pelas variáveis (Richardson, 2012). Com isso, tem-se como proposta 24 (vinte e quatro) hipóteses de testes cuja finalidade é de conduzir a pesquisa:

As hipóteses de testes quando alinhadas com as hipóteses de pesquisa, são agrupadas da seguinte maneira:

Quadro 6 – Hipóteses da Pesquisa e Hipóteses de testes.

Hipóteses de Pesquisa	Hipóteses de Testes
H₁: Os auditores independentes consideram importantes as informações geradas pelos eventos subsequentes e transmitidas ao mercado para a tomada de decisão.	Hipótese 1
H₂: Os auditores independentes consideram importantes os procedimentos efetuados na busca pelos eventos subsequentes (orientados pela NBC TA 560/2016 – “Auditoria de Eventos Subsequentes” em seus trabalhos de auditoria).	Hipóteses 2 e 3
H₃: As características profissionais dos auditores independentes não influenciam significativamente na importância que atribuem as informações geradas dos eventos subsequentes e transmitidas ao mercado.	Hipóteses 4, 7, 10, 13, 16, 19 e 22
H₄: As características profissionais dos auditores independentes não influenciam significativamente na importância que atribuem aos procedimentos efetuados na busca pelos eventos subsequentes (orientados pela NBC TA 560/2016 – “Auditoria de Eventos Subsequentes”).	Hipóteses 5, 6, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 23 e 24

Fonte: Elaborada pela autora.

As hipóteses de pesquisa foram analisadas pelo método das equações estruturais a partir da totalidade das respostas obtidas na aplicação do questionário que foi elaborado utilizando a Escala tipo *Likert* para identificar a importância atribuída pelos auditores as variáveis informação e procedimentos da norma de auditoria na busca por evidências acerca dos eventos subsequentes, e também analisar se existe influência entre suas características profissionais e o nível de importância atribuído a estas duas variáveis.

O método das equações estruturais é definido por Marôco (2010) como uma técnica que abrange um conjunto de testes buscando validar um modelo teórico. O presente trabalho não dispõe de uma teoria específica de plano de fundo, porém, o embasamento teórico apresenta um grupo de questões que são referentes a um mesmo aspecto (fator), e como as equações estruturais, no geral, trabalham com a análise fatorial confirmatória, é possível utilizá-las para confirmar se a fundamentação teórica-normativa proposta no trabalho apresenta ou não a característica pesquisada (importância atribuída pelos auditores ao fato contábil denominado Evento Subsequente).

3.6 PRÉ-TESTE

O pré-teste trata-se da aplicação do instrumento de pesquisa após elaborado a uma pequena amostra entre 3 e 10 respondentes com as mesmas características da população-alvo

da pesquisa cujo objetivo é identificar possíveis falhas como inconsistências, ambiguidade, termos técnicos inapropriados, entre outros, e depois desse primeiro contato, o questionário é alterado conforme as contribuições para ser posteriormente aplicado a amostra da pesquisa (Martins & Theóphilo, 2016).

Além de identificar possíveis divergências presentes no questionário, o pré-teste também é um importante instrumento para obter informações sobre o assunto estudado e treinar a equipe de pesquisa, para assim conseguir resultados coerentes com a realidade (Richardson, 2012; Cooper & Schindler, 2016).

O instrumento de pesquisa, classificado como questionário, foi elaborado com base na literatura anterior (artigos apresentados anteriormente) e na NBC TA 560/2016 (R1) – Eventos Subsequentes e submetido ao pré-teste visando aumentar sua confiabilidade, validade e possíveis aprimoramentos, para assim conseguir se ajustar as particularidades da pesquisa.

A amostra dos respondentes desta primeira etapa classifica-se como uma amostra por acessibilidade ou conveniência, pois conforme explica Gil (2012) o pesquisador seleciona os indivíduos a qual tem acesso e por isso é destituída de qualquer rigor estatístico. A população do pré-teste foi composta por 10 profissionais da área contábil que se encontram ativos no mercado, exercendo as seguintes categorias: auditoria, contabilidade e docência em contabilidade, com uma taxa de retorno de 80%, conforme o quadro a seguir:

Tabela 1 – Composição da amostra e retorno da aplicação do pré-teste.

Categoria	Questionários Enviados	Porcentagem de Envios	Questionários Recebidos	Taxa de Retorno
Auditor	4	40%	2	20%
Contador	3	30%	3	30%
Docente	3	30%	3	30%
Total	10	100%	8	80%

Fonte: Elaborada pela autora.

Sua aplicação foi via internet, sendo enviado por e-mail aos respondentes com o auxílio da plataforma *Google Drive Forms*. O período que o questionário ficou disponível para receber as respostas foi de 30/10/2017 a 07/11/2017. No processo de elaboração e envio do questionário, identificou-se algumas limitações da plataforma escolhida, como por exemplo a ausência de uma ferramenta de controle das respostas recebidas, visto que, para conseguir esse controle, era necessário solicitar que o respondente colocasse seu e-mail na pesquisa.

Tendo em vista que a presente pesquisa aborda temas como aplicação da legislação vigente no país e a percepção sobre um fato contábil, entende-se que a discricção quanto aos respondentes pode ser uma questão fundamental para uma taxa de retorno das respostas

significativas. Por fim, optou-se que a aplicação do questionário final a amostra delimitada anteriormente será efetuada com o auxílio da plataforma *SurveyMonkey*, dentre os motivos, destaca-se a disponibilidade de uma ferramenta que controla as respostas recebidas por e-mail enviado, sem a necessidade de identificação do respondente.

O retorno obtido do pré-teste apresentou contribuições, como questões que os respondentes consideraram com o conteúdo confuso, sugestões de melhorias nos termos técnicos, na redação, entre outras, cumprindo com o objetivo proposto pelo instrumento. Com relação as contribuições recebidas, parte foi aceita e as demais foram desconsideradas, conforme justificativas do Apêndice B – Tabulação dos Resultados e Análise do Pré-Teste.

Por fim, com o questionário readequado conforme as contribuições recebidas e aceitas, tem-se o instrumento a ser utilizado para coleta de dados disponível no Apêndice C, e finalizado o pré-teste, a pesquisa seguiu com a coleta e o tratamento dos dados.

3.7 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

3.7.1 Procedimentos para coleta de dados

A coleta de dados, em particular nas ciências sociais aplicadas, segundo Beuren (2014), consiste em extrair uma amostra de uma população extensa que se deseja estudar, optar por determinada técnica de coleta de dados, e ir a campo coletar as informações para posteriormente analisar e interpretar os dados coletados.

Ao finalizar o pré-teste, o questionário foi readequado de acordo com as considerações recebidas dos respondentes e acrescentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O instrumento de pesquisa inicia-se com uma breve apresentação da pesquisadora e do que é proposto no trabalho seguido do TCLE. Quanto a ordem das questões, houve uma mudança quando comparada com a versão aplicada no pré-teste, iniciando-se pelas quatorze questões que buscam captar a percepção do auditor sobre os eventos subsequentes e em seguida as sete questões que coletam as características profissionais. No total, o questionário finalizou com 21 (vinte e uma) questões, pois foi acrescentada 1 (uma) questão a mais em relação a sua estrutura inicial apresentada no pré-teste.

Na aplicação do instrumento de pesquisa para a população delimitada, primeiramente coletou-se os contatos via e-mail dos auditores atuantes nas competências de 2013 a 2017 por meio do Formulário de Referência disponibilizado pelas empresas listadas na bolsa de valores brasileira no ano-calendário de 2017. Após isso, foi enviado por e-mail o instrumento de

pesquisa, na data de 31 de janeiro de 2018, com o auxílio da plataforma *SurveyMonkey* e esperou as respostas por um período de dez dias, pois após esse tempo, não chegavam mais respostas dos auditores.

Conforme já previsto o baixo retorno dos respondentes, optou-se primeiramente por enviar “Lembretes Eletrônicos”, ferramenta oferecida pela própria plataforma *SurveyMonkey*, que envia e-mails aos contatos que ainda não responderam o questionário, conforme o próprio controle efetuado pelo sistema de questionário online. Ao todo foram enviados quatro lembretes em um período de quarenta e cinco dias, porém, mesmo assim a taxa de retorno estava baixa, e foi necessário entrar em contato com os profissionais via telefone, sendo essa informação também obtida por meio do Formulário de Referência.

Tal iniciativa de contato via telefone foi programada anteriormente visto a limitação que o questionário apresenta sendo possível o baixo retorno ou a demora dos respondentes, prejudicando os prazos da pesquisa (Richardson, 2012).

As ligações aconteceram no período de 20 de março a 16 de maio de 2018 e foram encerradas no momento em que não estavam mais conseguindo retorno dos participantes. Os contatos via telefone foram efetuados pela pesquisadora com o auxílio de mais uma mestranda também na área de ciências contábeis, ressaltado a importância da contribuição dos auditores para o incentivo das pesquisas acadêmicas.

Da quantidade total da população, foram obtidas 74 respostas, caracterizando este valor como a amostra da pesquisa. Outros 54 auditores contatados por telefone não responderam por diversos motivos, sendo eles: já se encontram aposentados, não trabalhavam mais no escritório, contato telefônico disponibilizado no site estava incorreto, o escritório onde trabalhava não permitiam que respondessem, ou porque não queriam mesmo participar da pesquisa. O retorno dos respondentes foi da seguinte forma:

Tabela 2 – Retorno da aplicação do instrumento de pesquisa.

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Respostas obtidas	74	21,08%
Não responderam	54	15,38%
Sem retorno	223	63,54%
Total de questionários enviados	351	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Após a operacionalização do *survey*, ocorreu o tratamento dos dados com o auxílio de métodos estatísticos, utilizados para entender a relação de importância que os auditores atribuem psicometricamente as informações geradas e aos procedimentos sugeridos pelas

normas de auditoria acerca dos eventos subsequentes e se as características profissionais que eles possuem influenciam nesse julgamento.

3.7.2 Procedimentos para o tratamento dados

A princípio, foi realizada uma análise descritiva dos resultados para a obtenção de gráficos e tabelas de frequência, com o intuito de caracterizar as respostas dos auditores que participaram da pesquisa. Para descrição dos resultados serão utilizadas a frequência absoluta e a porcentagem para as variáveis categóricas. A frequência absoluta (n_i) é dada pelo número de vezes em que uma determinada variável assume um determinado valor/categoria em questão. A porcentagem (p_i) é o resultado da razão entre a frequência absoluta e o tamanho da amostra, multiplicado por 100, isto é, $100 \cdot \frac{n_i}{n} \%$.

Além disso, as respostas de cada item do instrumento proposto foram descritas pela média aritmética simples, desvio padrão, coeficiente de variação, coeficiente de assimetria e coeficiente de curtose. A média aritmética simples é dada por $\bar{x} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$, em que x_1, \dots, x_n são os n valores de uma determinada variável X , o desvio padrão por $s = \sqrt{\frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}$, o coeficiente de variação por $CV = 100 \cdot \frac{s}{\bar{x}} \%$, o coeficiente de assimetria $a = \frac{1}{n} \sum \left[\frac{x_i - \bar{x}}{s} \right]^3$ por e o coeficiente de curtose por $c = \frac{1}{n} \sum \left[\frac{x_i - \bar{x}}{s} \right]^4 - 3$.

Posteriormente, para avaliar as hipóteses de interesse da pesquisa, foi aplicado a Análise de Equações Estruturais (AEE) ou *Structural Equation Modeling* (SEM). O método mais comum usado para estimar parâmetros na AEE é a Máxima Verossimilhança (ML), devido às suas propriedades estatísticas desejáveis. A utilização de ML baseia-se na suposição de normalidade multivariada e continuidade das variáveis observadas (Bollen, 1989). Deste modo, o método de estimação ML não é, em geral, apropriado para variáveis ordinais. A suposição de normalidade sobre as variáveis observadas é rigorosamente violada quando os dados analisados têm apenas algumas categorias de resposta (Lubke & Muthén, 2004). Quando a suposição de normalidade não é adequada, o uso de ML pode resultar em estimativas imprecisas para os parâmetros do modelo e em conclusões errôneas extraídas de dados observados.

Desta forma, foram sugeridos estimadores com correções, como o método de Mínimos Quadrados Ponderados Robustos pela Média e Variância (WLSMV), que se mostram superiores ao ML quando os dados analisados são ordinais. O WLSMV é específico para dados

observados categóricos, nos quais nem a hipótese de normalidade nem a propriedade de continuidade são consideradas plausíveis (Asparouhov, 2005). Embora o WLSMV não faça suposições distribucionais sobre as variáveis observadas, uma distribuição latente normal subjacente a cada variável categórica observada é assumida.

Uma vez que os dados foram medidos em escala ordinal, mas com um número grande de categorias (de 0 a 10), a suposição de normalidade multivariada foi investigada por meio da avaliação dos coeficientes de assimetria e curtose, bem como pelo Teste de Mardia de normalidade multivariada. Com base nos resultados observados, foi decidido pelo método de estimação mais adequado. O parâmetro referente ao primeiro item de cada fator é fixado em 1 (um).

O modelo de equações estruturais de acordo com Hair, Black, Babin, Anderson, e Tatham, (2009) é constituído de duas etapas de análise: o modelo de medição considerado externos, que por meio da combinação de vários itens que compõem uma escala (variáveis observáveis), é possível mensurar, indiretamente, o conceito abstrato de interesse, que são as variáveis latentes; e o modelo estrutural considerado interno, que avalia as relações de interesse entre as variáveis.

No modelo de mensuração, avaliou-se a validade convergente, verificando se os indicadores apresentam uma alta variância em comum, sendo que para tal fim, utilizou-se as cargas fatoriais, além das medidas de variância média extraída, do inglês, *Average Variance Extracted* (AVE) e do *Alfa de Cronbach* (AC). Também foi verificada a validade discriminante do modelo, isto é, a capacidade do construto de se distinguir verdadeiramente dos demais, analisando se as variáveis observadas não estão fortemente correlacionadas com outro construto, comparando o valor da correlação dos construtos com a raiz quadrada de AVE (Hair et al., 2009).

Para a avaliação do modelo foram utilizadas as medidas de qualidade de ajuste entre o modelo proposto e os dados da amostra: o χ^2 (qui-quadrado da razão de verossimilhança), CFI (índice de ajuste comparativo), o NFI (índice de ajuste normalizado) e o RMSEA (raiz do erro quadrático médio de aproximação). A estatística χ^2 avalia a qualidade do ajuste, indicando o quão bem o modelo especificado reproduz a matriz de covariância entre os itens indicadores, ou seja, testa a similaridade entre a matriz de covariância estimada com a matriz observada. O CFI também foi avaliado. Este índice varia no intervalo de 0 a 1, sendo que valores abaixo de 0,90 não são geralmente associados com modelos que se ajustam bem (Hair et al. 2009). Outro índice de ajuste avaliado foi o NFI que é baseado na comparação do valor de χ^2 para o modelo ajustado com o valor de χ^2 para o modelo nulo. Este índice tem variação de 0 a 1 e o modelo é

tido como perfeito quando o valor de NFI é próximo do valor 1 (Hair, et al. 2009). A última medida considerada foi a RMSEA. Esta medida, corrigindo a tendência da estatística χ^2 , tenta representar o quão bem um modelo se ajusta a uma população e não apenas a uma amostra. Para a maioria dos modelos, valores de RMSEA abaixo de 0,10 indicam ajustes aceitáveis.

Na avaliação da qualidade do ajuste do modelo estrutural, foi considerado o coeficiente de determinação de *Pearson* (R^2), que avalia a porção da variância das variáveis endógenas que é explicada pelo modelo estrutural, assim como o indicador de *Cohen* ou tamanho do efeito (f^2). Ainda, foi realizada a avaliação das hipóteses do modelo estrutural por meio dos coeficientes do modelo estrutural e seu respectivo valor p , fixado um nível de 5% de significância. Ressalta-se que como o escore fatorial das variáveis latentes endógenas não tem dimensão, o valor desses coeficientes não tem interpretação prática, porém o sinal do coeficiente indica se a variação da variável independente causa um aumento ou diminuição na mesma. Além disso, foi construído o diagrama de caminhos do modelo, que apresenta visualmente as hipóteses e relações entre as variáveis de interesse.

Todas as análises foram realizadas com o auxílio do ambiente estatístico R (*R Development Core Team*), versão 3.3.1, sendo que para o SEM foram utilizados os pacotes *lavaan* e *semPlot*.

Diante do exposto e com o método estatístico definido pela pesquisadora, que optou por aquele que entende ser o melhor para analisar e explicar os resultados, segue a pesquisa com a análise dos resultados.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo é apresentado a análise dos dados e a interpretação dos resultados encontrados por meio da pesquisa *survey*, juntamente com a estatística descritiva da pesquisa e o modelo criado de equações estruturais.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Com o intuito verificar o nível de importância atribuído pelos auditores independentes brasileiros as informações geradas pelos eventos subsequentes e aos processos de auditoria realizados para encontrar evidências sobre estes mesmos eventos, foi elaborado um instrumento de pesquisa, sendo que o mesmo foi respondido por uma amostra de 74 participantes. Tal instrumento é constituído por 14 afirmações, com alternativas distribuídas em uma escala de concordância de 0 a 10 e outras 7 questões sobre o perfil profissional.

A seguir, apresenta-se a descrição do perfil dos entrevistados, assim como a porcentagem de suas respostas ao instrumento proposto:

Tabela 3 – Distribuição de frequências das características dos participantes da pesquisa. *(continua)*

Variável	Frequência absoluta	%
Maior titulação		
Bacharelado	26	35,14%
Especialização	37	50,00%
Mestrado	10	13,51%
Doutorado	1	1,35%
Local de trabalho		
Big Four	35	47,30%
Escritório Grande Porte	16	21,62%
Escritório Pequeno/Médio Porte	23	31,08%
Tempo de atuação como Auditor Contábil		
Até 5 anos	3	4,05%
De 5 a 10 anos	11	14,86%
De 11 a 20 anos	21	28,38%
Acima de 20 anos	39	52,70%
Região do país onde atua com mais frequência		
Sudeste	44	59,46%
Sul	23	31,08%
Nordeste	5	6,76%
Centro-Oeste	2	2,70%
Na prática de Auditoria, já teve experiência com Eventos Subsequentes		
Não	2	2,70%
Sim	72	97,30%

(continuação)

Nível de esforço total para obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes		
Não respondeu	2	2,70%
Menos de 2 hs	4	5,41%
Entre 2 e 4 hs	20	27,03%
Entre 5 e 10 hs	20	27,03%
Entre 11 e 20 hs	12	16,22%
Acima de 20 hs	16	21,62%
No geral, considera que existem dificuldades para a obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes		
Não	29	39,19%
Sim	45	60,81%

Fonte: Elaborada pela autora.

Observa-se na Tabela 3 que entre os 74 participantes da pesquisa, em relação a maior titulação que possuem, 35,14% possuem o ensino superior, sendo que os demais possuem algum tipo de pós-graduação, sobretudo especialização, maior título de metade dos entrevistados. Vê-se também que quase metade deles (47,30%) trabalham para empresas Big Four, 21,62% em escritórios de grande porte e 31,08% em empresas de pequeno ou médio porte.

Com relação ao tempo de atuação como Auditor Contábil, nota-se que a maioria deles (52,70%) exerce a função há mais de 20 anos, característica já esperada visto o delineamento da população para a pesquisa. Porém, 4,05% dos respondentes afirmam ter até 5 anos de atuação como auditor, informação que pode ser considerada como anormal, pois para conseguir atuar como auditor responsável das empresas listadas na bolsa de valores, umas das exigências é o profissional ter exercido a função de auditor por um período não inferior a cinco anos.

A maior parte dos entrevistados (59,46%) tem o Sudeste como a região do país onde atuam com mais frequência e não consta na população e na amostra da pesquisa auditores da região norte do país.

Quase todos os participantes da pesquisa (97,30%) relataram que na prática de auditoria, já tiveram experiência com Eventos Subsequentes, sendo que no total, pouco mais da metade deles (54,06%) apontaram uma duração de 2 a 10 horas como nível de esforço total para obtenção de evidências de tais eventos. Por fim, observa-se que mais de 60% dos respondentes consideram que existem dificuldades para a obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes.

Questionou-se quais eram as principais dificuldades encontradas na auditoria dos eventos subsequentes, podendo o entrevistado responder quantas alternativas considerasse válida e também colocar outras situações de dificuldade que na prática encontra nos procedimentos aplicados. Segue as considerações a seguir:

Tabela 4 – Dificuldade para obtenção de evidências dos eventos subsequentes.

Opções de Respostas	Total de Respostas	%
Devido a subjetividade dos julgamentos que são necessários efetuar.	33	37,93%
Devido a questões relacionadas a empresa objeto da auditoria (reter informações, relatórios confusos ou incompletos, etc.).	21	24,14%
Devido ao tempo que possui para desenvolver o trabalho.	20	22,99%
Devido a falta de clareza das normas que abordam este assunto (CPC 24 e NBC TA 560).	3	3,45%
Devido a falta de capacitação da equipe responsável pelo trabalho.	6	6,90%
Outros	4	4,60%
TOTAL	87	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

Os comentários dos auditores sobre outros fatores que geram dificuldades na auditoria de eventos subsequentes são listados no Quadro 7:

Quadro 7 – Comentários dos auditores.

Comentários	
1	“Nem sempre os administradores dão a devida importância para os fatos e suas consequências”.
2	“Eventos subsequentes no impacto das DC,s”.
3	“Por conta de julgamento profissional e administração das empresas que não entendem sobre o conceito”.
4	“Buscar elementos externos e informações de fora da empresa dificulta o processo”.

Fonte: Elaborada pela autora.

No quadro anterior percebe-se uma preocupação dos auditores independentes com relação a importância dada pelos administradores das empresas e também certa dificuldade para conseguir informações externas. Situações assim fogem do controle dos auditores, pois envolvem terceiros e suas opiniões, dificultando o processo de auditoria realizado, o que pode vir a comprometer a qualidade da informação divulgada.

A subjetividade nos julgamentos que são efetuados é uma situação levantada nos estudos anteriores (Janvrin & Jeffrey, 2007; Chung et al., 2012) e foi uma das questões que os auditores independentes brasileiros mais encontram dificuldade (37,93%), mencionando também nos comentários realizados.

Após verificar-se o perfil dos entrevistados, observou-se as frequências e as medidas descritivas das questões do instrumento de pesquisa, conforme a tabela a seguir:

Tabela 5 - Distribuição de frequências e medidas descritivas das respostas dos participantes da pesquisa ao instrumento proposto.

Questão	Frequência										Medidas descritivas					
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Média	DP	CV	Assimetria	Curtose
Q1	0	1	0	0	2	2	3	6	9	8	43	8,82	1,84	20,83%	-1,90	6,81
Q2	0	2	1	1	0	7	6	8	11	4	34	8,08	2,32	28,73%	-1,20	3,96
Q3	1	0	1	0	1	6	3	5	7	7	43	8,62	2,15	24,94%	-1,78	6,02
Q4	16	3	4	4	6	11	4	7	3	3	13	4,81	3,58	74,41%	0,05	1,72
Q5	0	1	0	1	0	4	3	0	8	12	45	8,97	1,83	20,37%	-2,28	8,21
Q6	9	0	1	3	1	20	7	4	7	5	17	6,16	3,18	51,60%	-0,51	2,41
Q7	0	0	0	0	0	4	3	3	3	11	50	9,22	1,45	15,68%	-1,89	5,35
Q8	0	0	0	0	0	2	2	0	7	12	51	9,41	1,15	12,18%	-2,38	8,51
Q9	0	0	0	0	1	2	1	4	6	8	52	9,30	1,35	14,54%	-2,16	7,18
Q10	0	0	0	0	1	1	4	2	9	6	51	9,23	1,39	15,06%	-1,89	5,92
Q11	0	0	0	0	1	3	3	4	4	5	54	9,22	1,53	16,58%	-1,90	5,43
Q12	0	0	1	0	3	3	1	1	5	6	54	9,14	1,82	19,96%	-2,26	7,18
Q13	4	0	1	1	0	14	9	3	2	3	37	7,61	2,92	38,36%	-1,00	3,21
Q14	3	0	3	1	3	11	1	1	4	7	40	7,89	2,97	37,61%	-1,20	3,24

DP: Desvio Padrão; CV: Coeficiente de Variação

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 5 apresenta as medidas descritivas das 14 questões que constituem o instrumento proposto. Nota-se que para a maior parte dos itens, as respostas concentram-se nos graus mais altos de concordância, entre 8 e 10 pontos, sobretudo para questões de 7 a 12, para as quais as pontuações médias obtidas são todas maiores que 9,00. Ainda, nota-se que para tais itens, as respostas apresentam baixa variabilidade em torno da média, visto que os coeficientes de variação são inferiores a 25%.

Por outro lado, para as questões Q4 e Q6, além da opção 10, observa-se que uma quantidade expressiva de entrevistados apontou a opção 0 ou 5, sendo que as pontuações médias destes itens são de 4,81 e 6,16 pontos, respectivamente, caracterizando-se como as menores médias observadas. Além das menores médias, observa-se também que tais itens apresentam os maiores coeficientes de variação, o que indica que as respostas dadas pelos entrevistados tendem a estar mais dispersas em torno da média, em relação as demais questões, o que é esperado dado a concentração de respostas nos graus extremos de concordância.

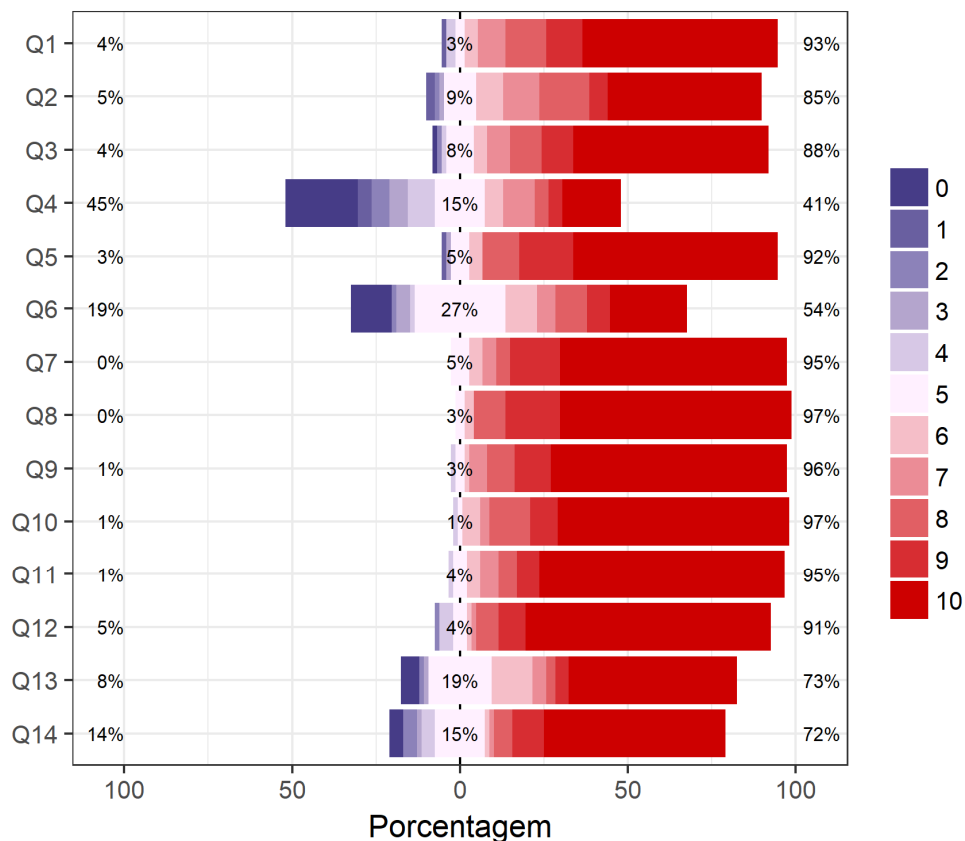
Assim, visando purificar o modelo, optou-se por excluir as questões Q4 e Q6 da análise das cargas fatoriais, pois as mesmas não estão convergentes com o modelo de mensuração, sendo necessário esse ajuste para que os dados fiquem mais significantes e apresentem uma maior confiabilidade.

Observa-se também que todos os valores obtidos para o coeficiente de assimetria, embora inferiores a 3, em valor absoluto, são em geral negativos, o que indica uma assimetria

à esquerda dos dados, ou seja, uma maior concentração de resposta em graus mais altos de concordância. Avaliando o coeficiente de curtose, também não foi observado nenhum valor excedente ao limite de 10, em valor absoluto, sendo que a maior parte deles apresenta valores positivos, indicando distribuições leptocúrticas, isto é, as respostas apresentam maior concentração em seu pico em relação ao esperado para a distribuição normal, com caudas pesadas. Embora observados tais indícios de assimetria e curtose, pelos critérios de Marôco (2010), os dados caracterizam-se como normais, por não ultrapassarem os limites propostos pelo autor. Já considerando os limites mais rígidos, sugeridos por Hair, Hult, Ringle e Sarstedt (2014), de -1 a 1 para ambos os coeficientes, a distribuição de todos os itens avaliados foge à normalidade. Por meio do Teste Mardia, rejeita-se a hipótese nula de que os dados seguem uma distribuição normal multivariada, ao nível de 5% de significância.

Uma vez constatada a violação forte da suposição de normalidade, exigida pelo método de estimação de máxima verossimilhança, optou-se pela utilização do método WLSMV para estimar os parâmetros do modelo, que é especificamente projetado para dados ordinais (Asparouhov, 2005 e Marôco 2010)

Figura 4 - Distribuição de frequências das respostas dos participantes da pesquisa ao instrumento proposto.



Fonte: Elaborada pela autora.

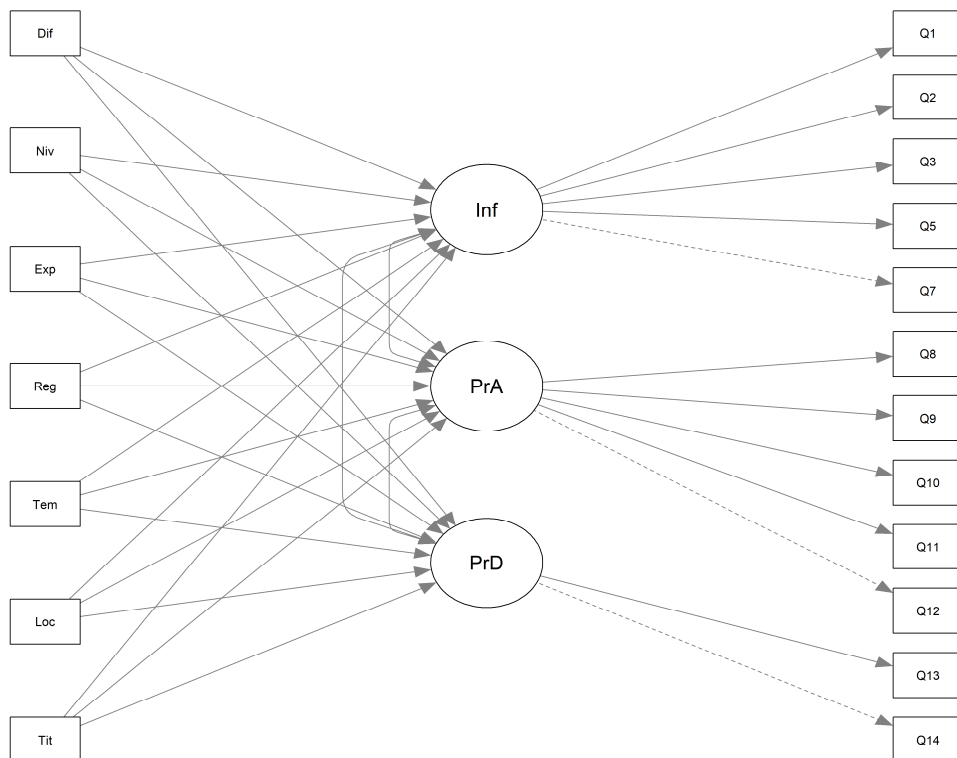
A Figura 4 apresenta graficamente os resultados expostos na Tabela 5, sendo que as questões são ordenadas em relação a ordem de aplicação. Ainda, no gráfico é apresentada a porcentagem de respostas que denotam um grau de concordância baixo (respostas de 0 a 4) à esquerda, neutro (resposta 5) ao centro e altas (de 6 a 10) à direita.

As questões Q4, Q6, Q13 e Q14 apresentam uma maior porcentagem de respondentes que se mantiveram neutros sobre a afirmação e também uma quantidade superior de respondentes que não concordam quando comparadas com as demais questões, que apresentaram um alto nível de concordância. Logo, entende-se que os auditores atribuem um nível de importância menor para estas questões quando comparadas com as demais, porém, observando o conjunto com todas as respostas, de maneira geral, os eventos subsequentes são considerados importantes pelos profissionais de auditoria.

4.2 MODELO DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS

O modelo de equações estruturais proposto no presente trabalho é estruturado de acordo com o seguinte diagrama de caminhos:

Figura 5 – Modelo de equações estruturais PLS proposto.



Fonte: Elaborada pela autora.

As variáveis latentes presentes na Figura 5 são **Inf** que mede o nível de importância da informação gerada; **PrA** que mede o nível de importância dos procedimentos efetuados antes da emissão do Relatório do Auditor e **PrD** o nível de importância dos procedimentos após a emissão do Relatório do Auditor e da Divulgação das Demonstrações.

A seguir são apresentados os resultados do modelo de equações estruturais, ajustado pelo método WLSMV, sendo os mesmos divididos entre o modelo de mensuração, que avalia a adequação dos indicadores para a mensuração das variáveis latentes, e modelo estrutural, que avalia as relações entre as variáveis dependentes e independentes.

4.2.1 Modelo de Mensuração

A princípio, avaliou-se a validade convergente do modelo de mensuração, verificando se os indicadores apresentam uma alta variância em comum, sendo que para tal fim, utilizou-se as cargas fatoriais, além das medidas de variância média extraída *Average Variance Extracted* (AVE) e do *Alfa de Cronbach* (AC).

Tabela 6 – Cargas fatoriais dos itens de cada variável latente do instrumento proposto.

	Estimativa	EP	Valor p	r ²	Padronizado
Informações ≈ Q1	1,10	0,17	< 0,001	0,59	0,77
Informações ≈ Q2	1,19	0,25	< 0,001	0,44	0,66
Informações ≈ Q3	1,04	0,19	< 0,001	0,39	0,62
Informações ≈ Q5	0,73	0,20	< 0,001	0,27	0,52
Informações ≈ Q7	1			0,80	0,89
Procedimentos - Antes ≈ Q8	0,67	0,12	< 0,001	0,66	0,81
Procedimentos - Antes ≈ Q9	0,79	0,13	< 0,001	0,64	0,80
Procedimentos - Antes ≈ Q10	0,90	0,11	< 0,001	0,79	0,89
Procedimentos - Antes ≈ Q11	0,98	0,12	< 0,001	0,77	0,88
Procedimentos - Antes ≈ Q12	1			0,57	0,76
Procedimentos - Depois ≈ Q13	1,11	0,20	< 0,001	0,76	0,87
Procedimentos - Depois ≈ Q14	1			0,59	0,77

EP: erro padrão.

Fonte: Elaborada pela autora.

A Tabela 6 apresenta as estimativas dos parâmetros do modelo proposto, no qual se observa que todos os coeficientes que representam cargas fatoriais das relações especificadas são significativos, ao nível de 5% de significância, além de apresentarem cargas fatoriais superiores ao limite de 0,5, sugerido por Hair et al. (2009), isto é, mais 50% da variância dos indicadores é refletido pelo construto, apresentando uma boa validade convergente.

Assim, comparando os resultados com as hipóteses de testes propostas na metodologia, para as das hipóteses de testes 1, 2 e 3, rejeitam-se as hipóteses nulas ao nível de 5% de

significância, pois todas as variáveis analisadas apresentaram cargas fatoriais significativas no modelo, apresentando evidências de que os auditores consideram importante as informações geradas e os procedimentos efetuados antes e após a publicação das demonstrações financeiras.

A seguir foi verificado os indicadores de validade convergente para o modelo ajustado, como demonstra a tabela:

Tabela 7 – Indicadores de validade convergente para o modelo ajustado.

	AVE	AC
Informações	0,50	0,85
Procedimentos – Antes	0,69	0,91
Procedimentos – Depois	0,67	0,80

Fonte: Elaborada pela autora.

Adotando-se como limite para a AVE o valor de 0,5 (Fornell e Larcker, 1981), nota-se na Tabela 7 que nenhuma variável latente apresentou valor inferior ao desejado, indicando que em média, mais da metade da variância dos indicadores é explicada pela variável latente.

Já avaliando o índice AC, vê-se que a confiabilidade composta, estimada para as variáveis latentes do modelo ajustado atende aos critérios de validade convergente, sendo que o alpha de Cronbach de todas as variáveis latentes são superiores a 0,70.

Além da validade convergente, também foi avaliada a validade discriminante do modelo, isto é, a capacidade do construto de se distinguir verdadeiramente dos demais. Desta forma, foi verificado se as variáveis observadas não estão fortemente correlacionadas com outro construto, comparando o valor da correlação dos construtos com a raiz quadrada de AVE (Hair et al., 2009), destacada na diagonal principal da matriz de correlação dos construtos apresentada a seguir, sendo que as correlações não devem ser maiores que tais limites.

Tabela 8 – Validade discriminante do modelo ajustado.

	Informações	Procedimentos - Antes	Procedimentos - Depois
Informações	0,71		
Procedimentos - Antes	0,70	0,83	
Procedimentos - Depois	0,35	0,39	0,82

Fonte: Elaborada pela autora.

Pela Tabela 8, observa-se que nenhuma das correlações obtidas entre as variáveis latentes se mostrou superior a raiz quadrada da AVE das respectivas variáveis em questão, o que indica uma boa validade discriminante do modelo ajustado.

4.2.2 Modelo Estrutural

Na avaliação do modelo estrutural, o coeficiente de determinação de Pearson (R^2) é apresentado, que avalia a porção da variância das variáveis endógenas, que é explicada pelo modelo estrutural, assim como o Indicador de *Cohen* ou tamanho do efeito (f^2) e demais medidas de qualidade de ajuste. Ainda, foi realizada a avaliação do modelo estrutural, que consiste na análise dos coeficientes estruturais, desvio padrão e valores p, com o intuito de testar as hipóteses levantadas:

Tabela 9 – Validade preditiva, coeficiente de determinação e tamanho do efeito do modelo ajustado.

	R^2	f^2
Informações	0,14	0,16
Procedimentos – Antes	0,21	0,27
Procedimentos – Depois	0,22	0,28

Fonte: Elaborada pela autora.

Os valores de R^2 de 0,14, 0,21 e 0,22, apresentados na Tabela 9, indicam que as variáveis endógenas informações e procedimentos possuem uma moderada explicação por meio do modelo estrutural ajustado. Ainda, pela Tabela 9 o valor de f^2 calculado indica que o modelo tem acurácia média, e que os construtos são importantes para o ajuste geral do modelo, uma vez que como critério de avaliação, Hair et al. (2014) indica valores de f^2 de 0,02, 0,15 e 0,35 são considerados pequenos, médios e grandes, respectivamente (Hair et al., 2014).

Tabela 10 – Medidas de qualidade de ajuste do modelo proposto.

Estatística	Valor
χ^2	74,81 (gl = 132, p = 1,00)
CFI	1,000
NFI	0,922
RMSEA	0,000

Fonte: Elaborada pela autora.

É possível observar na Tabela 10 que pelo teste de qualidade de ajuste baseado na estatística qui-quadrado, não há evidências amostrais para rejeitar a hipótese de que o modelo proposto se ajusta aos dados, ao nível de 5% de significância (valor p de 1,000), indicando a adequacidade do modelo. Ainda, as estatísticas CFI e NFI apresentaram valores próximos de 1, sendo que quanto maior a proximidade de 1, melhor é o ajuste do modelo. Por fim, observa-se que a medida RMSEA apresentou um valor de aproximadamente 0, que corrobora com as conclusões anteriores de um bom ajuste do modelo.

Tabela 11 – Resultados dos testes t aplicados.

	Estimativa	EP	Valor p	Padronizado
Informações ~ Tit	-0,06	0,34	0,854	-0,02
Informações ~ Loc	-0,27	0,37	0,455	-0,11
Informações ~ Tem	-0,64	0,39	0,102	-0,25
Informações ~ Reg	0,30	0,35	0,393	0,12
Informações ~ Exp	0,00	1,48	0,999	0,00
Informações ~ Niv	0,32	0,34	0,337	0,12
Informações ~ Dif	-0,05	0,30	0,858	-0,02
Procedimentos - Antes ~ Tit	-0,16	0,35	0,639	-0,06
Procedimentos - Antes ~ Loc	0,09	0,34	0,783	0,03
Procedimentos - Antes ~ Tem	-0,84	0,37	0,022	-0,31
Procedimentos - Antes ~ Reg	0,35	0,36	0,326	0,13
Procedimentos - Antes ~ Exp	0,56	1,56	0,718	0,07
Procedimentos - Antes ~ Niv	0,78	0,24	0,001	0,28
Procedimentos - Antes ~ Dif	0,19	0,32	0,564	0,07
Procedimentos - Depois ~ Tit	-0,57	0,65	0,380	-0,12
Procedimentos - Depois ~ Loc	-0,24	0,64	0,708	-0,05
Procedimentos - Depois ~ Tem	-1,69	0,67	0,011	-0,37
Procedimentos - Depois ~ Reg	1,14	0,61	0,062	0,25
Procedimentos - Depois ~ Exp	-1,00	1,39	0,470	-0,07
Procedimentos - Depois ~ Niv	-0,13	0,71	0,852	-0,03
Procedimentos - Depois ~ Dif	1,77	0,67	0,009	0,38

Fonte: Elaborada pela autora.

Para fins de análise das informações, foram utilizados os seguintes códigos para descrever as características profissionais dos auditores independentes brasileiros:

Tabela 12 – Códigos para análise das características profissionais dos auditores

Código	Descrição
Tit	Titulação = Especialização, mestrado ou doutorado
Loc	Local de trabalho = Escritório de pequeno, médio ou grande porte
Tem	Tempo de atuação = Até 20 anos
Reg	Região = Sudeste
Cont	Contato com Ev. Sub. = Sim
Niv	Nível de esforço = Menor ou igual a 20 hs
Difi	Dificuldade = Sim

Fonte: Elaborada pela autora.

Observa-se na Tabela 11 que nenhum dos fatores avaliados apresentou relação significativa com a variável latente “Nível de Importância da Informação Gerada”, ao nível de 5% de significância.

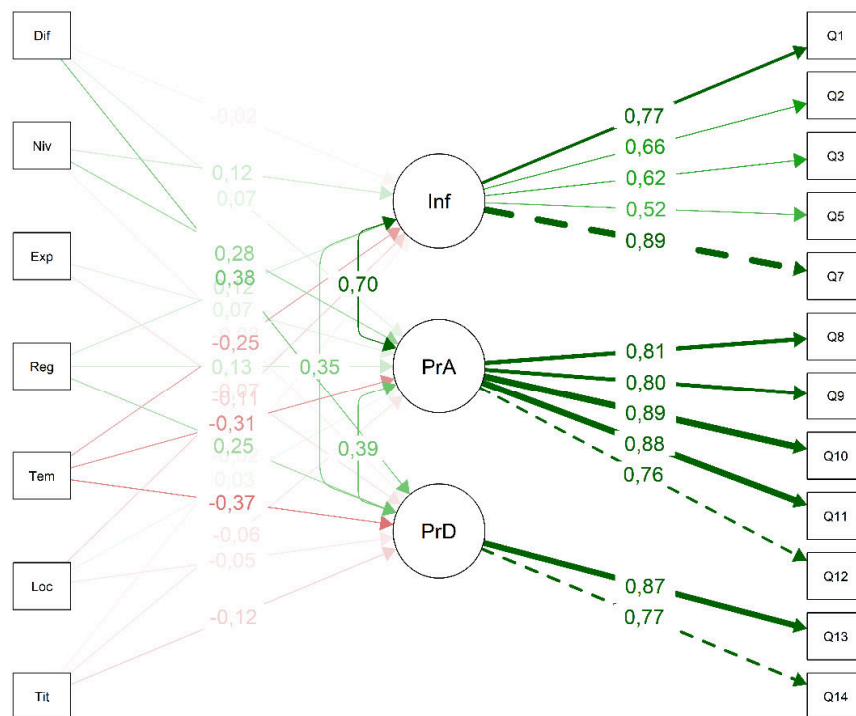
Apenas o o tempo de atuação profissional como Auditor Contábil e o nível de esforço total para obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes apresentam relação significativa com o construto “Procedimentos – Antes” (valores p de 0,022 e 0,001, respectivamente),

indicando uma menor concordância com os itens que o compõem em relação aos que trabalham como auditores a menos de 20 anos e entre os que apontaram a opção acima de 20 horas como nível de esforço. Para os demais fatores, não há evidências amostrais suficientes de que as mesmas se relacionam significativamente com o constructo, fixado o nível de significância em 5%.

Considerando a variável latente “Procedimentos – Depois”, tanto o tempo de atuação profissional como Auditor Contábil quanto a opinião a respeito da existência de dificuldades para a obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes apresentaram relação significativa com a mesma (valores p de 0,011 e 0,009, respectivamente), sendo que os auditores com menos de 20 anos de atuação e os que apontaram a existência de dificuldades apresentam uma menor concordância com os itens que compõem tal variável.

Nesta última etapa, as análises efetuadas fazem referências as hipóteses de teste 4 a 24, onde verificou-se que para as hipóteses de testes 11, 12, 20, e 24, rejeita-se a hipótese nula pois foram encontradas evidências de que as características profissionais interferem na importância atribuída aos eventos subsequentes. Para as demais hipóteses, não foram encontradas evidências que existe uma relação entre as características e o nível de importância atribuído pelos auditores independentes brasileiros aos eventos subsequentes.

Figura 6 – Modelo de equações estruturais PLS ajustado.



Fonte: Elaborada pela autora.

Por fim, a Figura 6 apresenta graficamente os resultados tanto da parte de mensuração, quanto da parte estrutural, do modelo ajustado por meio do método de mínimos quadrados parciais, na qual é possível avaliar os coeficientes estruturais, além das cargas fatoriais das variáveis observadas para cada construto.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após análise quantitativa dos dados por meio do Modelo de Equações Estruturais, foi possível identificar o nível de importância que os auditores independentes atribuem a auditoria dos eventos subsequentes, observando os fatores importância da informação e importância dos procedimentos efetuados. Também verificou se determinadas características profissionais retiradas de estudos anteriores (Chung et al., 2012; Nawaiseh & Jaber, 2015; Ozdemir & Gokcen, 2016) exerciam influência no nível de importância atribuído pelos respondentes.

Para tal análise, foram propostas 24 (vinte e quatro) hipóteses de testes, e de acordo com os testes estatísticos, obteve-se o seguinte resultado, conforme sintetizado no quadro 8 apresentado a seguir:

Quadro 8 – Resumo dos resultados encontrados.

(continua)

Item	Hipótese de Teste	Resultado Encontrado
Importância atribuída a Informação	1	Rejeita-se a hipótese nula - Informação é considerada importante
Importância atribuída aos Procedimentos	2	Rejeita-se a hipótese nula - Procedimento "antes" é considerado importante
	3	Rejeita-se a hipótese nula - Procedimento "depois" é considerado importante
A titulação do Auditor	4	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	5	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	6	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
O local de trabalho	7	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	8	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
O tempo de experiência profissional	9	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	10	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	11	Rejeita-se a hipótese nula - há influência da característica
A região de atuação	12	Rejeita-se a hipótese nula - há influência da característica
	13	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	14	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	15	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência

(continuação)

O contato com Eventos Subsequentes	16	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	17	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	18	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
O nível de esforço na busca por Eventos Subsequentes	19	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	20	Rejeita-se a hipótese nula - há influência da característica
	21	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
O profissional que considera haver dificuldades no processo	22	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	23	Rejeita-se a hipótese alternativa - não há influência
	24	Rejeita-se a hipótese nula - há influência da característica

Fonte: Elaborada pela autora.

Observou-se que, os auditores independentes consideram importantes as informações geradas pelos eventos subsequentes e os procedimentos efetuados antes e após a emissão do Parecer do Auditor Independente e da publicação das Demonstrações Financeiras. Todavia, ao observar mais detalhadamente as respostas, conforme a Figura 4, apresentada anteriormente, percebe-se que na distribuição de frequência das respostas existem níveis diferentes de importância atribuído para cada questão.

Quando é abordado sobre a importância da informação gerada, a maioria das questões (Q1 até Q7) obtiveram uma alta frequência, exceto a Q4 e a Q6, onde a quantidade de respondentes que atribuíram um baixo nível de importância ou se mantiveram neutros foi alta (totalizando 60% e 46% respectivamente, conforme demonstrado na Figura 4). Estas duas questões abordam, a primeira sobre o efeito da informação quando altera apenas uma conta contábil do conjunto das demonstrações financeiras, e a segunda sobre a importância da obtenção de evidências quando se comparado com a pontualidade dos relatórios financeiros. Ambas, quando analisadas com as demais questões que mediam a variável latente importância da informação, apresentaram um nível de importância baixo, visto que nas demais o nível máximo de importância que poderia ser atribuído atingiu uma porcentagem acima de 85%.

Porém, ao analisar os dados em conjunto, mesmo essas duas questões apresentadas anteriormente terem um nível menor de importância, foram encontradas evidências para rejeitar a hipótese nula e considerar o item “Importância da Informação Gerada” como importante na ótica dos auditores independentes brasileiros, conforme a hipótese de teste 1.

Os procedimentos efetuados antes (questões Q8 até Q12) e após a emissão do Parecer do Auditor Independente e demais publicações (questões Q13 e Q14) foram considerados importantes pelos auditores, de acordo com as hipóteses de teste 2 e 3, ressaltando-se que, quando comparada a frequência das respostas de ambas as situações, percebe-se que o nível de

importância dos procedimentos efetuados antes foi maior do que os efetuados depois, com uma porcentagem de frequência das respostas com nível máximo acima de 90% para os “procedimentos antes”, enquanto os procedimentos “depois” ficou com aproximadamente 70% e ainda apresentou uma quantidade de respondentes significativa que se mantiveram neutros quando comparado com os respondentes das demais questões.

A outra parte da pesquisa buscou encontrar evidências se determinadas características profissionais exerciam influência sobre o nível de importância atribuído anteriormente pelos auditores na informação gerada e nos procedimentos de auditoria dos eventos subsequentes. Foram selecionadas sete características, das quais quatro delas não apresentaram indícios que exercem algum tipo de influência, são elas: titulação do auditor, local de trabalho, região de atuação e contato com evento subsequente. As demais características selecionadas também não apresentaram evidências de que influenciam no nível de importância que os auditores atribuem as informações geradas pelos eventos subsequentes.

A característica “tempo de experiência profissional” apresentou evidências de que influencia no nível de importância dos procedimentos efetuados antes e após a emissão do Parecer do Auditor e da apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme as hipóteses de teste 11 e 12, ou seja, quanto maior o tempo de atuação como auditor que o profissional tem, maior foi o nível de importância que ele atribuiu aos procedimentos que efetua.

Outra característica profissional que influencia o nível de importância dos auditores nos procedimentos antes da publicação dos relatórios financeiros foi o “nível de esforço na busca por Eventos Subsequentes”, observado na hipótese de teste 20, onde verificou-se que quanto maior a quantidade de horas empenhada nos processos de busca por evidências, maior é o nível de importância atribuído a essa questão.

Por último, temos a característica profissional “dificuldades no processo”, onde verificou se o auditor considera que exista ou não dificuldades no processo de auditoria dos eventos subsequentes. Nesta questão, o profissional também poderia opinar, caso considerasse que existem dificuldades, quais são as situações encontradas na prática que dificultam esse processo. Essa característica apresentou influência no nível de importância atribuído aos procedimentos após a Emissão do Parecer do Auditor Independente e da publicação das Demonstrações Financeiras, sendo demonstrada na hipótese de teste 24, onde rejeita-se a hipótese nula visto que foram encontradas evidências positivas de sua influência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são apresentados os achados deste estudo e como os objetivos propostos foram alcançados. Contém ainda as limitações encontradas e sugestões para pesquisas futuras.

5.1 CONCLUSÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa teve por objetivo verificar o nível de importância atribuído pelos auditores independentes brasileiros às informações geradas pelos eventos subsequentes e aos processos de auditoria na busca por evidências conforme as normas brasileiras; e ainda identificar se suas características profissionais afetam na percepção destes dois aspectos. Para alcançar tal propósito foi utilizada o Modelo de Equações Estruturais (MEE) aplicando-se estimadores com correções, o método de Mínimos Quadrados Ponderados Robustos pela Média e Variância (WLSMV), visto que o modelo proposto não atendia aos pressupostos.

Conclui-se que, os auditores independentes brasileiros, assim como os demais auditores pesquisados em outros países, consideram os eventos subsequentes como importantes, tanto as informações geradas como os procedimentos orientados nas normas para a busca de evidências, porém, a pesquisa constatou que a importância que os profissionais atribuem apresenta um nível menor quando entra em conflito com os prazos de entrega definidos pelas normas, ou seja, o presente estudo não encontrou evidências de que os auditores consideram mais importante uma informação com mais qualidade do que o cumprimento dos prazos definidos por lei. Essa questão representada pela afirmativa Q6 do questionário pode se explicar devido a tempestividade da informação e as penalidades legais que as empresas podem sofrer caso não cumpra os prazos de apresentação das demonstrações financeiras, visto que depois existe a possibilidade de uma reapresentação dessas demonstrações caso encontrem alguma informação relevante do período que não tiveram conhecimento anteriormente.

Também não foram encontradas evidências de que os auditores consideram importantes as informações geradas pelos eventos subsequentes que alteram apenas uma conta do conjunto das demonstrações financeiras, o que vai contra a literatura pesquisada e as próprias normas vigentes que entendem que o conceito de eventos subsequentes é o fato ser relevante o suficiente para alterar as decisões dos usuários.

Outro achado da pesquisa foi que, quanto maior o tempo de atuação como auditor contábil, mais importância o profissional atribui aos procedimentos de busca por evidências

antes e após a emissão do Relatório do Auditor Independente e da publicação das demonstrações contábeis.

Nenhuma característica profissional apresentou influência no nível de importância que os auditores atribuem a informação gerada pelos eventos subsequentes. Quanto ao nível de importância que os auditores atribuem aos procedimentos na busca por eventos subsequentes, a característica profissional “nível de esforço” apresentou influência com relação aos procedimentos efetuados antes da entrega do relatório de auditoria, ou seja, os profissionais que dedicam mais tempo aplicando testes na busca por evidências desse evento também consideram esses procedimentos mais importantes com relação aos demais profissionais que dedicam um tempo menor.

Outra relação onde a característica profissional influencia na importância atribuída foi encontrada nos auditores que consideram ter dificuldades na obtenção de evidências dos eventos subsequentes, estes demonstram considerar mais importantes os procedimentos efetuados após a emissão do relatório de auditoria e a publicação das demonstrações financeiras quando comparado com aqueles profissionais que entendem que estes eventos não apresentam dificuldades nos procedimentos de busca por evidências.

Também foi disponibilizado no instrumento de pesquisa um campo para os auditores colocarem comentários de situações que encontravam dificuldades no processo de auditoria dos eventos subsequentes. Houve quatro respondentes que contribuíram com comentários, e observou-se que os auditores consideram que outros fatores que colaboram com as dificuldades nos procedimentos de auditoria dos eventos subsequentes é a busca por elementos/informações externas que estão em poder da empresa e os administradores não atribuírem a devida importância a esses eventos, muitas vezes por não entenderem sobre o conceito e não conseguirem mensurar o impacto que podem causar nas demonstrações contábeis.

Diante desses resultados, acredita-se que esta dissertação contribuiu para verificar o nível de importância que os auditores atribuem aos eventos subsequentes, o que de acordo com a literatura apresentada, a motivação gerada por processos mais complexos impacta diretamente em seu rendimento profissional (Petty et al., 2003). Outra contribuição foi encontrar, diferentemente dos estudos anteriores, que existem características profissionais que interferem na percepção de importância que os auditores independentes têm sobre os eventos subsequentes, colaborando assim com novas descobertas para a área pesquisada. As características encontradas que apresentam influência são: o tempo de experiência profissional (atuação na área de auditoria), o nível de esforço na busca por eventos subsequentes e o

profissional que considera haver dificuldades no processo de auditoria dos eventos subsequentes.

5.2 LIMITAÇÃO APRESENTADA

Esta pesquisa possui como limitação a amostra, pois não alcançou o número mínimo de respondentes conforme o cálculo do tamanho amostral. Foram coletadas 74 respostas que representam 21,08% da população, tendo assim a inviabilidade da generalização dos seus resultados.

5.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Os eventos subsequentes, conforme visto no referencial teórico, é um fato contábil que anteriormente não era explorado, porém, estudos mais recentes vêm demonstrando um amplo campo que se tem para pesquisas nessa área. A presente pesquisa buscou verificar qual a importância que os auditores independentes brasileiros atribuem a esse fato, sendo que não foram encontrados estudos relevantes com outros grupos profissionais que também apresentam interesse nessa informação (empresários, acionistas, contadores internos, etc). Observa-se que na aplicação do instrumento de pesquisa foram efetuados comentários sobre a falta de importância que os administradores apresentam com relação aos eventos subsequentes e as suas consequências.

Outros fatos contábeis que influenciam na tomada de decisão também podem ser escolhidos como objetos de pesquisas, verificando se realmente determinado grupo profissional (auditores, empresários acionistas, contadores, entre outros) consideram a informação que esses outros fatos geram como importante.

REFERÊNCIAS

- Abdolmohammadi, M., & Wright, A. (1987). An examination of the effects of experience and task complexity on audit judgments. *Accounting Review*, p. 1-13.
- Aboody, D. (1996). Recognition versus disclosure in the oil and gas industry. *Journal of Accounting Research*, p. 21-32.
- Adeyemi, S. B.; & Olowookere, J. K. (2011). Stakeholders' perception of audit performance gap in Nigeria. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, 1 (1), p. 152-172.
- Ahmed, A. S., Kilic, E., & Lobo, G. J. (2006). Does recognition versus disclosure matter? Evidence from value-relevance of bank's recognized and disclosed derivative financial instruments. *The Accounting Review*, 81(3), p. 567-588.
- Amorim, E. N. C. de. (2012). Auditoria Independente: Determinantes da carência de profissionais no mercado brasileiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Asparouhov, T. (2005). Sampling weights in latent variable modeling. *Structural equation modeling*, 12(3), 411-434.
- Attie, William. (2011). *Auditoria: conceitos e aplicações*. (6. ed.) São Paulo: Atlas.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), p. 467-498.
- Beaver, W. H. (1968). The information content of annual earnings announcements. *Journal of Accounting Research*, p. 67-92.
- Bec, N. R. (2009). To what extent are disclosures of subsequent events adopted by Private Equity companies. Doctoral dissertation, Master Thesis, Faculty of Economics and Econometrics, Universteit Van Amsterdam, Amsterdam, Holland.
- Beuren, I. M. (2014). *Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade*. In: I.M. Beuren (Organizadora). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. (3. ed.) São Paulo: Atlas. p. 46-75.
- Bhattacharjee, S., & Moreno, K. (2002). O impacto da informação afetiva nos julgamentos profissionais de auditores mais experientes e menos experientes. *Journal of Behavioral Decision Making*, 15 (4), p. 361-377.
- Bollen, K. A. (1989). *Structural equations with latent variables*. Wiley - Interscience Publication.
- Boynton, W. C.; Johnson, R. N.; Kell, W.G. (2002). *Auditoria*. (7. ed.) São Paulo: Atlas.

- Braun, R. L. (2000). The effect of time pressure on auditor attention to qualitative aspects of misstatements indicative of potential fraudulent financial reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 25(3), p. 243-259.
- Brick, M. J. W. (2011). *Generational Differences in Desired Work Motivators and Company Values among Engineers and Scientists at Halliburton Company*. Thesis, School of Business and Technology, Capella University, Minneapolis, EUA.
- Botez, D. (2014). Subsequent Events and their Importance in Drawing up Annual Financial Statements. *Studies and Scientific Researches. Economics Edition*, (19).
- Bouwman, M. J. (1984). Expert vs novice decision making in accounting: A summary. *Accounting, Organizations and Society*, 9(3-4), p. 325-327.
- Bushman, R. M., & Smith, A. J. (2001). Financial accounting information and corporate governance. *Journal of accounting and Economics*, 32(1), p. 237-333.
- Bussab, W. O.; Morettin, P. A. (2012). *Estatística Básica*. (7. ed.) São Paulo: Saraiva.
- Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI. Disponível em: < <http://www1.cfc.org.br/sisweb/siscnai/externaConsultaCadastro.aspx> >. Acesso em 25 de maio de 2018.
- Cameran, M., Ditillo, A., & Pettinicchio, A. (2017). Audit Team Attributes Matter: How Diversity Affects Audit Quality. *European Accounting Review*, p. 1-27.
- Cauchi, M. (2016). *An analysis of the audit of subsequent events in the local scenario*. Master's thesis, University of Malta, Tal-Qroqq, Msida, Malta.
- CFC (Conselho Federal de Contabilidade) & IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (2015). Guia de orientação sobre o CNAI. Disponível em: < <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/01/GuiaCNAI2015.pdf> >.
- Chung, J. O., Cullinan, C. P., Frank, M., Long, J. H., Mueller-Phillips, J., & O'Reilly, D. M. (2012). The auditor's approach to subsequent events: Insights from the academic literature. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 32(sp1), p. 167-207.
- Cohen, J. (1977) *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. (rev. ed.). New York: Academic Press.
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM. (1999). Instrução CVM n. 308, de 14 de maio de 1999.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. (2009). Pronunciamento Técnico CPC 24 – Eventos Subsequentes.
- Cooper, D., & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de pesquisa em administração*. (12. ed.) Porto Alegre: Bookman.

- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto*. (2. ed.) Porto Alegre: Artmed.
- DeZoort, F. T., & Harrison, P. D. (2016). Understanding auditors' sense of responsibility for detecting fraud within organizations. *Journal of Business Ethics*, p. 1-18.
- Dicionário do Aurélio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/importancia>>. Acesso em 13 de junho de 2018.
- Ferguson, L. W. (1941). A study of the Likert technique of attitude scale construction. *The Journal of Social Psychology*, 13(1), p. 51-57.
- Field, A. (2009). *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed/Bookman Editora.
- Fornell, C.; Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of marketing research*, p. 39-50.
- Garner, W. R. (1960). Rating scales, discriminability, and information transmission. *Psychological Review*, 67(6), p. 343-352.
- Giacosa, E. (2012). Disclosures in events after the balance sheet date: A study of selected Italian companies. *World*, 2(5).
- Gil, A. C. (2012). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. reimpr. (6. ed.) São Paulo: Atlas.
- Griffith, EE, Hammersley, JS, Kadous, K., & Young, D. (2015). Opiniões de auditoria e auditorias de estimativas complexas. *Journal of Accounting Research*, 53 (1), p. 49-77.
- Griffith, E. E., Nolder, C. J., & Petty, R. (2017). The Elaboration Likelihood Model: A Meta-Theory for Synthesizing Auditor Judgment and Decision-Making Research.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman Editora.
- Hair, J. F.; Hult, T. M.; Ringle, C. M.; Sarstedt, M. (2014). *A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)*. Los Angeles: SAGE.
- Hallak, R. T. P., & Silva, A. L. C. (2012). Determinantes das Despesas com Serviços de Auditoria e Consultoria Prestados pelo Auditor Independente no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), p. 223-231.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2012). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, p. 521-522.
- Herda, D. N., & Lavelle, J. J. (2014). Auditing Subsequent Events: Perspectives from the Field. *Current Issues in Auditing*, 8(2), p. A10-A24.
- Hodge, D. R.; Gillespie, D. F. (2003). Phrase completion: an alternative to Likert scales. *Social Work Research*, 27 (1), p. 45-55.

- Hughes, C. (2006). Qualitative and quantitative approaches: to social research. [online]. Department of Sociology. Disponível em: http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/sociology/staff/academicstaff/chughes/hughesc_index/teachingresearchprocess/quantitativequalitative/quantitativequalitative/.
- Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999 (1999). Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes (REVOGADA).
- Janvrin, D. J., & Jeffrey, C. G. (2007). An investigation of auditor perceptions about subsequent events and factors that influence this audit task. *Accounting Horizons*, 21(3), p. 295-312.
- Johnstone, K., Gramling, A., & Rittenberg, L. E. (2013). *Auditing: a risk-based approach to conducting a quality audit*. Cengage learning.
- Kerlinger, F. N. (1988). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. (8. ed) Editora E.P.U.
- Koch, C. W., Köhler, A. G., & Yankova, K. (2016). Professional Skepticism and Auditor Judgment: Does Trait Skepticism Mitigate the Recency Bias? Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2880653>. p. 1-42
- Köche, J. C. (2012). Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. (30. ed.) *Petrópolis/RJ: Vozes*.
- Kos, S. R., Barros, C. M. E., & Colauto, R. D. (2017). Impacto da divulgação de eventos subsequentes no retorno anormal: Estudo em companhias do IBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil*, 9(2), p. 60-79.
- Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (2007). Estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
- Lerner, J. S., & Tiedens, L. Z. (2006). Portrait of the angry decision maker: How appraisal tendencies shape anger's influence on cognition. *Journal of behavioral decision making*, 19(2), p. 115-137.
- Li, Q. (2013). A novel Likert scale based on fuzzy sets theory. *Expert Systems with Applications*, 40(5), p. 1609-1618.
- Libby, R., & Luft, J. (1993). Determinants of judgment performance in accounting settings: Ability, knowledge, motivation, and environment. *Accounting, Organizations and Society*, 18(5), p. 425-450.
- Longo, C. G. (2011). *Manual de auditoria e revisão de demonstrações contábeis*. (2. ed.) São Paulo: Atlas.

- Lubke, G. H.; Muthén, B. O. (2004). Applying Multigroup Confirmatory Factor Models for Continuous Outcomes to Likert Scale Data Complicates Meaningful Group Comparisons. *Structural Equation Modeling A Multidisciplinary Journal*. 11(4): p. 514-534.
- Luna, F. (2008). Consentimento livre e esclarecido: ainda uma ferramenta útil na ética em pesquisa. *Revista Eletrônica de Comunicação, Inovação & Informação em Saúde (Reciis)*, v. 2, supl. 1, p. 42-53.
- Mackenzie, B., Coetsee, D., Njikizana, T., Chamboko, R., Colyvas, B., & Hanekom, B. (2013). IFRS 2012: interpretação e aplicação. *Francisco Araújo Costa, Leonardo Zilio, Mariana Bandarra (Trad.) São Paulo: Bookman/KPMG*.
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software e aplicações*. ReportNumber: Pêro Pinheiro.
- Martins, E., Gelbcke, E. R., Santos, A., & Iudícibus, S. (2013). *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas.
- Martins, E. A. (2014). OCPC 07: Menor Volume e Maior Relevância para as Notas Explicativas. *Revista FIPECAFI*: São Paulo.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2016). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. (3. ed.) São Paulo: Atlas.
- Michel, M. H. (2009). *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. (2. ed) São Paulo: Atlas.
- Michels, J. (2017). Disclosure versus recognition: Inferences from subsequent events. *Journal of Accounting Research*, 55(1), p. 3-34.
- Moeckel, C. L., & Plumlee, R. D. (1989). Auditors' confidence in recognition of audit evidence. *Accounting Review*, p. 653-666.
- Moser, D. V. (2012). Is accounting research stagnant? *Accounting Horizons*, 26(4), p. 845-850.
- Murcia, F. D. R., & Machado, M. V. (2014). Impacto do nível de disclosure corporativo na liquidez das ações de companhias abertas no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 24(3), p. 54-77.
- Myers, J. N., Myers, L. A., Palmrose, Z. V., & Scholz, S. (2003). Mandatory auditor rotation: Evidence from restatements. *Academic Working*. University of Illinois at Urbana-Champaign, Illinois, EUA.
- Nannini, L. C., Weffort, E. F. J. (2010). IAS 10 - Eventos subsequentes ao período contábil a que se refere as demonstrações financeiras. IN. Manual de Normas Internacionais de contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras. Ernst & Young, FIPECAFI. (2. ed.). São Paulo: Atlas.

- Nawaiseh, M. A. L., & Jaber, J. (2015). Auditing subsequent events from the perspective of auditors: study from Jordan. *International Journal of Financial Research*, 6(3), p. 78-85.
- Nisbett, R. E., Zukier, H., & Lemley, R. E. (1981). The dilution effect: Nondiagnostic information weakens the implications of diagnostic information. *Cognitive Psychology*, 13(2), p. 248-277.
- Niyama, J. K. (2010). *Contabilidade Internacional*. (2. ed.) São Paulo: Atlas.
- Normas Brasileiras de Contabilidade Práticas de Auditoria Independente (2015). NBC PA 13 (R2) – Exame de Qualificação Técnica.
- Normas Brasileiras de Contabilidade Práticas Geral (2017). NBC PG 12 (R3) – Educação Profissional Continuada.
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria Independente (2016). NBC TA 300 (R1) – Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis.
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria Independente (2016). NBC TA 560 (R1) – Auditoria de Eventos Subsequentes.
- Oliveira, V. A., & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 22(56), p. 155-173.
- Ozdemir, Z., & Gokcen, B. A. (2016). Auditing of Subsequent Events: A Survey of Auditors in the City of Istanbul in Turkey. *Accounting and Finance Research*, 5(2), p. 42-53.
- Pasquali, L. (2009). Psicometria. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(SPE), p. 992-999
- Palepu, K. G.; Healy, P. M.; Bernard, V.L. (2004). *Business analysis evaluation: using financial statements*. (2. ed.) Ohio: Thomson Learning.
- Petty, R. E., & Cacioppo, J. T. (1986). The elaboration likelihood model of persuasion. *Advances in experimental social psychology*, 19, p. 123-205.
- Petty, R. E., S. C. Wheeler, & Z. L. Tormala. (2003). Persuasion and attitude change. In T. Millon & M. J. Lerner (Eds.), *Handbook of psychology: Volume 5: Personality and social psychology*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Porton, R. A. B., & Beuren, I. M. (2014). Formulação de hipóteses e caracterização de variáveis em pesquisa contábil. In: I.M. Beuren (Organizadora). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. (3. ed.) São Paulo: Atlas, p. 98-116.
- R Development Core Team., R: a language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing: Vienna, Austria, 2015. Disponível em: <<http://www.rproject.org>>.

- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2014). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: I.M. Beuren (Organizadora). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. (3. ed.) São Paulo: Atlas, p. 76-97.
- Rauterkus, S. Y., & Song, K. (2005). Auditor's reputation and equity offerings: the case of Arthur Andersen. *Financial Management*, 34(4), p. 121-135.
- Richardson, R. J. (2012). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3. ed.) São Paulo: Atlas.
- Rendell, M. (Coord), & Brown, J. (Coord). (2011). *Millennials at work Reshaping the workplace* (pp. 1–28). Disponível em <https://www.pwc.com/m1/en/services/consulting/documents/millennials-at-work.pdf>.
- Rousseau, D. M., Manning, J., & Denyer, D. (2008). Evidence in management and organizational science: Assembling the field's full weight of scientific knowledge through syntheses (SSRN scholarly paper 1309606). Rochester, NY: Social Science Research Network.
- Securities Exchange Commission (SEC). 2005. *Revisions to Accelerated Filer Definition and Accelerated Deadlines for Filing Periodic Reports, Final Rule*. Federal Register 70, No. 247, December 27. Washington, D.C.: Government Printing Office.
- Shelton, S. W. (1999). The effect of experience on the use of irrelevant evidence in auditor judgment. *The Accounting Review*, 74(2), p. 217-224.
- Stuart, I. C. (2014). *Serviços de auditoria e asseguração na prática*. Porto Alegre: AMGH Editora.
- Veiga, R. M. B.; Borges, L. J.; & Amorim, E. N. C. (2014). Profissão auditor independente no Brasil: percepção dos contadores registrados nos CRCs. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, maio-agosto, p. 64-78.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1983). Agency problems, auditing, and the theory of the firm: Some evidence. *The Journal of Law and Economics*, 26(3), p. 613-633.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (PRÉ-TESTE)

A PERCEPÇÕES DOS AUDITORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS EVENTOS SUBSEQUENTES

Sou Fernanda Mazzaro Mucillo, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PCO) da Universidade Estadual de Maringá – PR, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Marques.

Venho convidá-lo (a) para participar da minha pesquisa de mestrado, que tem a proposta de verificar a importância dos Eventos Subsequentes nos trabalhos de auditoria realizados. Para tal intento, preciso de sua colaboração, respondendo a este questionário. O tempo médio estimado para o preenchimento é de aproximadamente 10 (dez) minutos.

Todas as informações coletadas são confidenciais, e não há como identificar o respondente uma vez que os dados somente serão usados de forma agregada. Qualquer dúvida ou informação poderá entrar em contato via correio eletrônico: fer.mucillo@gmail.com.

Conto com a sua colaboração, e muito obrigada pela participação!

NEXT

Never submit passwords through Google Forms.

PARTE 1 – DADOS PROFISSIONAIS:

As questões abaixo são referentes as características profissionais dos respondentes:

Maior titulação adquirida: *

- Bacharelado
- Pós Graduação
- MBA
- Mestrado
- Doutorado

Local de trabalho: *

- Profissional Autônomo
- Escritórios Pequeno/Médio Porte
- Escritórios Grande porte
- Big Four

Experiência Profissional: *

- Até 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 11 a 20 anos
- Acima de 20 anos

Região onde atua com mais frequência: *

- Norte
- Nordeste
- Centro-Oeste
- Sudeste
- Sul

Na prática da auditoria, já teve contato com Eventos Subsequentes? *

- Sim
- Não

Caso já teve contato, qual o nível de esforço para obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes?

- Menos de 2 hs
- Entre 2 e 4 hs
- Entre 5 e 10 hs
- Entre 10 e 20 hs
- Acima de 20 hs

No geral, encontra dificuldades para a obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes? (pode ser assinalado mais de uma alternativa caso necessário) *

- Sim, devido a subjetividade dos julgamentos que são necessários efetuar.
- Sim, devido a questões relacionadas a empresa objeto da auditoria (reter informações, falta de qualidade, etc).
- Sim, devido ao tempo que possui para desenvolver o trabalho.
- Sim, devido a falta de clareza das normas que abordam este assunto (CPC 24 e NBC TA 560).
- Sim, devido a falta de capacitação da equipe responsável pelo trabalho.
- Não, o processo é efetuado de forma objetiva, sendo possível identificar com clareza os Eventos Subsequentes.

PARTE 3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O QUESTIONÁRIO

As questões a seguir visam o aperfeiçoamento do presente questionário.

1. O questionário está muito extenso, ou a quantidade de questões está adequada? *

- A quantidade de questões está adequada.
- O questionário está extenso e cansativo.

2. Existe alguma questão considerada ofensiva? *

Your answer

3. Existe alguma questão que está confusa/apresenta duplo sentido? *

Your answer

4. Os termos técnicos estão de acordo? *

Your answer

5. Há alguma questão redundante? *

Your answer

6. A sequência das questões está de acordo? *

Your answer

7. Acredita haver mais alguma característica importante que possa ser questionada aos auditores que influencie em suas experiências/conhecimento? Quais? *

Your answer

8. Gostaria de acrescentar algum comentário ou sugestão? *

Your answer

BACK

SUBMIT

Never submit passwords through Google Forms.

APÊNDICE B – TABULAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DO PRÉ-TESTE.

Considerações do Pré-teste	Aceito/ Rejeitado/ Nada a acrescentar	Justificativa (considerando o questionário aplicado no pré-teste)
1. O questionário está muito extenso, ou a quantidade de questões está adequada?		
R₁ A quantidade de questões está adequada.	Nada a acrescentar	-
2. Existe alguma questão considerada ofensiva?		
R₁ Não.	Nada a acrescentar	-
3. Existe alguma questão que está confusa/apresenta duplo sentido?		
R₁ Não.	Nada a acrescentar	-
R₂ A pergunta "Região onde atua com mais frequência:" não está especificada e pode estar ambígua. Essa pergunta parece indicar que sua população-alvo é o Brasil todo e não os profissionais de determinado estado por exemplo. Se a população-alvo for o Brasil todo, talvez compense	Rejeitado	A população-alvo foi os auditores responsáveis pelas empresas da BM&FBovespa no ano de 2016, podendo atuar em qualquer região do Brasil
R₃ O item 6 parece não estar claro o suficiente na segunda parte quando menciona "não apenas realizado por protocolo em função da legislação brasileira".	Aceito	O frase foi alterada para "não apenas realizado para cumprir as formalidades exigidas pelas normas de auditoria".
R₄ A questão 10 menciona: "É um procedimento comum e importante a leitura das atas das reuniões ..." é um procedimento importante, mas não é comum as empresas realizarem este procedimento. Ficou confusa a questão.	Rejeitado	Toda orientação tida na NBC TA 560 é considerada importante, por isso o uso do termo "comum" intencionalmente, para captar a percepção do auditor
4. Os termos técnicos estão de acordo?		
R₁ Sim.	Nada a acrescentar	-
R₂ Não seriam demonstrações contábeis??? CPC 26, NPA 04.	Aceito	Texto alterado no instrumento de pesquisa.
R₃ Aparentemente sim, considerando o público-alvo.	Nada a acrescentar	-
5. Há alguma questão redundante?		
R₁ Não.	Nada a acrescentar	-
R₂ Parte 1, Questão 5 e 6...	Rejeitado	As questões são complementares.
6. A sequência das questões está de acordo?		
R₁ Sim.	Nada a acrescentar	-
R₂ Coloque as questões de perfil como último bloco do questionário. Priorize nas primeiras questões as perguntas que são mais relevantes de todo o seu questionário.	Aceito	Alteração efetuada na estrutura do questionário.

7. Acredita haver mais alguma característica importante que possa ser questionada aos auditores que influencie em suas experiências/ conhecimento? Quais?		
R₁ Não.	Nada a acrescentar	-
R₂ Depende. Se a base teórica utilizada na pesquisa já fornece um conjunto de características, restrinja-se a ele.	Nada a acrescentar	O questionário é baseado em estudos anteriores
8. Gostaria de acrescentar algum comentário ou sugestão?		
R₁ Não.	Nada a acrescentar	-
R₂ Questionário bem elaborado e perguntas claras.	Nada a acrescentar	-
R₃ Alguma questão poderia abordar sobre: a ocorrência de evento subsequente (a depender da gravidade e relevância) antes da publicação levaria o auditor emitir um relatório com ressalva? adverso? abstenção de opinião, com parágrafo de ênfase ou outros assuntos? ou manteria o relatório sem ressalva?	Rejeitado	Questão abordada muito específica que tendenciaria o auditor a responder que fatos relevantes são passíveis de uma atenção especial no relatório.
R₄ Utilizar na pesquisa as <i>Big5</i> ao invés das <i>Big4</i> , considerando a BDO que está em alta.	Rejeitado	Optou-se por continuar a utilizar o termo " <i>Big4</i> " no instrumento de pesquisa
R₅ Numere as questões para facilitar a localização no questionário e no controle	Aceito	Parte II - Ex. Numeração "I" passou a ser "Q1", etc.
R₆ Altere de "Maior titulação adquirida:" para "Qual é a sua maior titulação adquirida?"	Aceito	Texto alterado no instrumento de pesquisa.
R₇ Muitos cursos de pós usam a terminologia "MBA" para chamar a atenção do aluno no mercado, sem representar um MBA. Procure pelo significado real de MBA, pois nesse caso MBA pode representar uma especialização.	Aceito	O termo foi excluído do instrumento de pesquisa.
R₈ Troque "Pós-graduação" por especialização.	Aceito	Texto alterado no instrumento de pesquisa.
R₉ Altere de "Local de trabalho" para "Qual o seu tipo de registro formalizado?"	Rejeitado	Texto da questão considerada de acordo com a população-alvo escolhida.
R₁₀ Troque de "Experiência Profissional" para "Qual é o seu tempo de atuação profissional como auditor contábil?"	Aceito	Texto alterado no instrumento de pesquisa.
R₁₁ A pergunta "Caso já teve contato, qual o nível de esforço para obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes?" é uma pergunta facultativa. Sugiro ter todas as perguntas como obrigatórias. Acredito que esta pergunta e a pergunta anterior que é dicotômica (SIM/NAO) pode ser mesclada numa escala likert.	Rejeitado	Não cabe a Escala de Likert nesta situação visto a análise dos dados.
R₁₂ Troque de "No geral, encontra dificuldades para a obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes? (pode ser assinalado mais de uma alternativa caso necessário) " para "Em minha atuação, a principal dificuldade para obtenção de evidências dos eventos subsequentes está relacionada: (colocar as alternativas sem a negação).	Rejeitado	O modo como foi sugerido prejudicaria a análise de dados.
R₁₃ Uma sequência de perguntas, cujos inícios das frases são parecidos pode tendenciar o respondente a marcar nas extremidades. Para evitar isso, você pode transformar parte das questões em questões reversas e deixa-las embaralhadas meio as questões normais. Tente embaralhar mais as questões.	Rejeitado	Entende-se que as questões estão de modo coerente.
R₁₄ Tente reescrever as perguntas colocando-as na primeira pessoa, como se o respondente estivesse lendo.	Aceito	Parte I do texto alterado no instrumento de pesquisa. A Parte II mante-se no impessoal.
R₁₅ Na prática os eventos subsequentes nem sempre são tratados com a importância que deveriam, talvez a escassez de material sobre isso seja um motivador.	Rejeitado	A Parte II do questionário busca medir a questão da importância atribuída aos profissionais

APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS APLICADO VIA WEB



OS EVENTOS SUBSEQUENTES SOB A ÓTICA DOS AUDITORES INDEPENDENTES


Sou Fernanda Mazzaro Mucillo, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PCO) da Universidade Estadual de Maringá - PR, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Marques.

Venho convidá-lo (a) para participar da minha pesquisa de mestrado, que tem a proposta de verificar a importância dos Eventos Subsequentes nos trabalhos de auditoria realizados. Para tal intento, preciso de sua colaboração, respondendo a este questionário. O tempo médio estimado para o preenchimento é de aproximadamente 3 (três) a 5 (cinco) minutos.

Todas as informações coletadas são confidenciais e não há como identificar o respondente, uma vez que os dados somente serão usados de forma agregada. Qualquer dúvida ou informação poderá entrar em contato via correio eletrônico: **fer.mucillo@gmail.com**.

Conto com a sua colaboração, e muito obrigada pela participação!

Próximo


Executado pela
 SurveyMonkey
Veja como é fácil [criar um inquérito](#).

Termo de Consentimento

Estou de acordo em participar desta pesquisa e fui informado (a) dos objetivos e da confidencialidade das informações aqui apresentadas.

Anterior

Próximo

Executado pela
 SurveyMonkey
Veja como é fácil [criar um inquérito](#).

- * 8. É importante um planejamento dos procedimentos/testes para se obter as evidências dos eventos subsequentes.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

- * 9. É importante os Auditores terem entendimento dos procedimentos estabelecidos pela administração da empresa para assegurar que os eventos subsequentes serão identificados.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

- * 10. Indagar a administração sobre a ocorrência de eventos subsequentes que poderiam afetar as informações das Demonstrações Contábeis é um procedimento comum e importante realizado pelo Auditor.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

- * 11. É um procedimento comum e importante a leitura das atas das reuniões realizadas pela administração após a data das Demonstrações Contábeis.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

- * 12. É um procedimento comum e apropriado indagar os consultores jurídicos sobre litígios e reclamações da empresa quando da análise de eventos subsequentes.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

- * 13. É um procedimento comum e apropriado apresentar um novo Relatório de Auditoria quando as Demonstrações Contábeis são alteradas em função de fatos relevantes conhecidos antes de serem divulgadas.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

- * 14. É procedimento comum e apropriado discutir com a administração sobre fatos relevantes que chegam após a divulgação das Demonstrações Contábeis e que poderiam ter alterado o Relatório de Auditoria.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

PARTE II – PERFIL PROFISSIONAL DO AUDITOR:*** 1. Qual a sua maior titulação?**

- Bacharelado
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

*** 2. Qual o seu local de trabalho?**

- Escritório Pequeno/Médio Porte
- Escritório Grande porte
- Big Four

*** 3. Qual o seu tempo de atuação profissional como Auditor Contábil?**

- Até 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 11 a 20 anos
- Acima de 20 anos

*** 4. Qual a região do país onde atua com mais frequência?**

- Norte
- Nordeste
- Centro-Oeste
- Sudeste
- Sul

*** 5. Na prática da Auditoria, já teve experiência com Eventos Subsequentes?**

- Sim
- Não

[Anterior](#)[Próximo](#)

* 1. Caso tenha tido contato, qual o nível de esforço total para obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes?

- Menos de 2 hs
- Entre 2 e 4 hs
- Entre 5 e 10 hs
- Entre 10 e 20 hs
- Acima de 20 hs

* 2. No geral, considera que existem dificuldades para a obtenção de evidências dos Eventos Subsequentes? (assinalar quantas alternativas julgar necessárias).

- Sim, devido a subjetividade dos julgamentos que são necessários efetuar.
- Sim, devido a questões relacionadas a empresa objeto da auditoria (reter informações, relatórios confusos ou incompletos, etc).
- Sim, devido ao tempo que possui para desenvolver o trabalho.
- Sim, devido a falta de clareza das normas que abordam este assunto (CPC 24 e NBC TA 560).
- Sim, devido a falta de capacitação da equipe responsável pelo trabalho.
- Não, o processo é efetuado de forma objetiva, sendo possível identificar com clareza os Eventos Subsequentes.

Outros (especifique)

Anterior

Concluído



OS EVENTOS SUBSEQUENTES SOB A ÓTICA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Muito obrigada por participar da pesquisa sobre a importância dos Eventos Subsequentes na percepção dos Auditores Independentes Brasileiros!

Concluído